



Neste processo de autoavaliação, a média da maior parte dos critérios dos “MEIOS” aponta para o resultado, dentro do ciclo PDCA (Planear -Executar – Rever - Ajustar), de ajustamento, ou seja, em média, corresponde ao quinto patamar de um conjunto de seis.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2021/2022

EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO:

Palmira Guedes (coordenadora)

Ana Maria Simões (pres. conselho geral)

Humberto Nascimento (subdiretor)

Maria Gracinda Alves (adjunta Direção)

Teresa Santos (rep. pessoal docente)

Paulo Santos (rep. pessoal docente)

Carla Maria Veloso Esteves (rep. APEE)

Esmeralda Alves (rep. pessoal não docente)

Mariana Rodrigues (rep. dos alunos)

JUNHO DE 2022



“A nossa missão é formar cidadãos, com mestria segura nas suas atitudes e profissionalismo e rigor nas suas atividades.

O nosso lema é: aprender, aprender, aprender.”

In projeto Educativo do AEM 2018/2022

ÍNDICE

<i>Assunto</i>	<i>Página</i>
1. INTRODUÇÃO	2
2. OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO	5
2.1. Fases do trabalho desenvolvido	5
3. EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO	6
4. ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	7
5. ESCALA DE PONTUAÇÃO	9
6. INSTRUMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO	11
7. RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO	12
CRITÉRIO 1 - LIDERANÇA	14
CRITÉRIO 2 – PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA	16
CRITÉRIO 3 - PESSOAS	18
CRITÉRIO 4 – PARCERIAS E RECURSOS	19
CRITÉRIO 5 - PROCESSOS	20
CRITÉRIO 6 – RESULTADOS ORIENTADOS PARA O ALUNO E OUTRAS PARTES INTERESSADAS-CHAVE	23
CRITÉRIO 7 – RESULTADOS DAS PESSOAS	25
CRITÉRIO 8 – RESULTADOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	26
CRITÉRIO 9 – RESULTADOS DO DESEMPENHO-CHAVE	27
8. BENCHMARKING – COMPARANDO COM AS ANTERIORES EDIÇÕES DE AUTOAVALIAÇÃO INTERNA	29
9. GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DAS SUGESTÕES APRESENTADAS NO ANO ANTERIOR	30
10. ÁREAS DE MELHORIA	31
11. CONCLUSÃO	32
BIBLIOGRAFIA	33

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como principal objetivo proceder à apresentação do processo de autoavaliação realizado no Agrupamento de Escolas de Murça, que decorreu no ano letivo 2021/2022.

Em Portugal, a preocupação com a autoavaliação e com a qualidade surge nas escolas como imperativo legal, e não apenas devido à necessidade de prestação de contas e responsabilização das instituições educativas e dos seus agentes.

Desde 2002 que a metodologia da autoavaliação é regulada em Portugal pela Lei n.º 31, de 20 de dezembro, que no artigo 3.º apresenta os objetivos da avaliação. Deve-se, igualmente, destacar que segundo o artigo 7.º deste diploma, o processo de autoavaliação deve conformar-se a padrões de qualidade devidamente certificados.

A partir de 2012 entrou em vigor um novo modelo de Autoavaliação Europeu – CAF Educação, publicado no nosso país pela DGAEP – Direção Geral da Administração e Emprego Público (Ministério das Finanças). Para a realização da sua autoavaliação, o AEFPM recorreu a este modelo europeu, edição de 2013, envolvendo diferentes elementos da comunidade educativa.

A CAF Educação resulta de uma adaptação do modelo europeu da CAF¹, o qual foi criado no ano 2000 através da cooperação entre os Estados-membros da UE, tendo como público-alvo todas as organizações do setor público. A CAF Educação é um modelo de autoavaliação e melhoria do desempenho organizacional com linguagem e exemplos de práticas específicas para o setor da educação.

O modelo CAF permite desenvolver práticas de autoavaliação, do Agrupamento de Escolas de Murça, sistemáticas, abrangentes e participadas, agregando outras práticas de avaliação interna, nomeadamente, sobre as atividades dos grupos/departamentos, a consecução do plano plurianual de atividades (aferindo o impacto das atividades e os constrangimentos e propondo linhas de ação) e de vários projetos e dos resultados académicos alcançados.

O referido modelo desdobra-se em nove critérios, sendo cinco relativos aos meios (liderança, planeamento e estratégia, pessoas, parcerias e recursos, e processos) e os restantes quatro critérios correspondentes aos resultados alcançados ao nível dos alunos, pessoas, responsabilidade social e desempenho chave, como está patente no quadro I.

Quadro I - Modelo CAF Educação 2013



Fonte: DGAEP (2014) – CAF Educação, p. 13.

¹ A Estrutura Comum de Avaliação (CAF - Common Assessment Framework) é um modelo de Gestão da Qualidade Total desenvolvido pelo setor público e para o setor público, inspirada no Modelo de Excelência da Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade (EFQM), em CAF Educação 2013, p. 11.

Assente no modelo CAF Educação, Referencial da Avaliação Externa & EQAVET, publicado em 2019, pretende-se que o presente processo de autoavaliação, e o correspondente relatório, se constitua como um relevante ponto de partida para que o Agrupamento de Escolas de Murça dê sequência à sua caminhada rumo à excelência, assim como dê continuidade ao seu processo de certificação EQAVET (European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training). De salientar que o AE de Murça desde sempre se baseou no modelo CAF, embora com adaptações ao nosso contexto. Todavia, com a publicação deste modelo integrado, pretendemos, no presente ano, fazer uma aplicação mais próxima do que nele é definido.

A Estrutura Comum de Avaliação / Common Assessment Framework (CAF) é um modelo de Gestão da Qualidade Total desenvolvido pelo setor público e para o setor público, inspirada no Modelo de Excelência da Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade (EFQM®). Baseia-se na premissa de que os resultados de excelência no desempenho organizacional, cidadãos/clientes, pessoas e sociedade são atingidos através da liderança que conduz a estratégia e planeamento, as pessoas, as parcerias, os recursos e os processos. Este modelo analisa a organização simultaneamente por diferentes ângulos promovendo uma análise holística do desempenho da organização.

A utilização simultânea do Modelo CAF, Referencial da Avaliação Externa & EQAVET segue a metodologia de autoavaliação e sistema de pontuação constantes no modelo CAF Educação, conforme orientações presentes em www.caf.dgaep.gov.pt.

O relatório de autoavaliação e restantes documentos, que resultam do processo de autoavaliação, contribuem para sistematizar a informação necessária para os processos de avaliação externa e de avaliação da adoção do EQAVET, contudo, não substituem os documentos considerados obrigatórios pelas entidades coordenadoras da avaliação externa das escolas e do EQAVET, designadamente a Inspeção-Geral da Educação e Ciência e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional.

A implementação do modelo CAF, no AE de Murça tem por base fazer um diagnóstico organizacional, identificando os seus pontos fortes e as áreas que devem ser alvo de uma melhoria, o que nos leva a uma perspetiva de melhoria contínua. Assim, fica implícito que este modelo se encontra intimamente ligado ao conhecido ciclo da melhoria contínua (Ciclo PDCA ou Ciclo de Deming), nomeadamente pela implementação do modelo que se faz passando pelas quatro fases no ciclo de melhoria contínua:

- I. **Plan (planear):** estabelecem-se os objetivos e os processos necessários para apresentar resultados de acordo com os requisitos do cidadão/cliente e as políticas da organização;
- II. **Do (executar):** implementam-se os processos, ou seja, as medidas de melhoria;
- III. **Check (rever):** procede-se à monitorização e medição dos processos e medidas implementadas e vemos quais os resultados obtidos;
- IV. **Act (ajustar):** empreendem-se ações com vista a melhorar continuamente o desempenho dos processos; e depois da implementação desta fase, faz-se novamente um diagnóstico organizacional, de forma a ver qual a situação da organização e apontar algumas medidas de melhoria que serão executadas posteriormente.

A utilização do modelo CAF permite ao AE de Murça implementar uma metodologia de autorregulação, identificando os seus pontos fortes e as áreas de melhoria e colocando em prática um Plano de Ações que objetive a melhoria contínua e a certificação dos padrões de qualidade.

Esta estruturação auxilia a identificar os principais aspetos a ter em conta numa análise organizacional e para um processo de melhoria contínua permitindo:

1. Uma avaliação baseada em evidências através de um conjunto de critérios amplamente aceites no setor público dos países europeus;
2. Criar oportunidades para identificar o progresso e os níveis de realização alcançados;

3. Constituir um meio para alcançar consistência de Direção e consenso no que é necessário ser feito para melhorar a organização;
4. Proporcionar uma ligação entre os diferentes resultados a serem alcançados e as práticas ou meios que os suportam;
5. Constituir um meio para criar entusiasmo entre colaboradores, através do envolvimento destes no processo de melhoria;
6. Gerar oportunidades para promover e partilhar boas práticas entre diferentes setores de uma organização e com outras organizações;
7. Integrar nos processos de trabalho as diversas iniciativas para a qualidade;
8. Constituir uma forma de medição do progresso ao longo do tempo através de autoavaliações regulares.

2. OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação permite-nos identificar com clareza o que o Agrupamento faz bem e no que precisa de melhorar. Na verdade, oferece-nos uma oportunidade para nos conhecermos no sentido de atingirmos a Excelência através de uma efetiva melhoria continuada (Alaíz, Góis, & Gonçalves, 2003).

Os objetivos da autoavaliação são os seguintes:

- ✓ Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da organização do AE de Murça e dos seus níveis de eficiência e eficácia;
- ✓ Assegurar o sucesso educativo baseado numa política de qualidade, exigência e responsabilidade;
- ✓ Incentivar ações e processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados do Agrupamento;
- ✓ Garantir a credibilidade do desempenho do Agrupamento;
- ✓ Promover uma cultura de melhoria continuada da organização;
- ✓ Participar nas instituições e nos processos internacionais de avaliação dos sistemas educativos.

Com a aplicação do processo de autoavaliação o AE de Murça pretendeu dar continuidade ao seu processo de melhoria contínua, reconhecendo os seus pontos fortes e as fragilidades que nele possam existir, para analisar e corrigir os eventuais desvios, face ao planeado.

2.1. Fases do trabalho desenvolvido

Nos últimos relatórios foi feita a contextualização do trabalho realizado pela Equipa de Autoavaliação do Agrupamento (EAA), para tal, apresentou-se uma grelha de fácil leitura que pretendeu expressar o dinamismo/evolução do trabalho desenvolvido.

Há dois anos, quisemos, de uma forma ainda mais objetiva, clarificar em toda a comunidade educativa quais os nossos propósitos ao longo dos anos. Podemos identificar as três fases já percorridas pela autoavaliação:

1. **Fase 1 – Construção do Plano Plurianual de Melhoria:** caracterizou-se pela construção dos instrumentos de autoavaliação e sua implementação a todo o Agrupamento, que culminou com a adesão ao Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.
2. **Fase 2 – Melhoria das aprendizagens dos alunos:** procedeu-se à análise de situações particulares que condicionam a construção das aprendizagens por parte dos alunos, desde a indisciplina, passando pelas práticas de motivação e da avaliação.
3. **Fase 3 – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória:** foi feita uma análise que nos permite demonstrar em todo o Agrupamento a mobilização realizada, a partir do referencial educativo consignado no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, bem como a monitorização efetuada à aplicação dos Decretos-Lei n.º 54 e 55/2018.

No presente ano letivo, continuamos a trabalhar elementos respeitantes à fase 3, e **procuramos trabalhar as questões relativas à avaliação pedagógica.**

Com a publicação do Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho, surgiu um novo enquadramento da autonomia e flexibilização curricular, que implicou uma nova abordagem a diversos temas, designadamente a avaliação. O Agrupamento, após a implementação e consolidação de diversos procedimentos, nomeadamente, na sua matriz curricular de escola, centrou-se este ano na análise das práticas da avaliação pedagógica. O Agrupamento implementou o Projeto de Intervenção MAIA, cujo propósito central é melhorar as práticas de avaliação pedagógica. Assim, destina-se a orientar as práticas de avaliação pedagógica e de ensino dos professores e de aprendizagem dos alunos, dado que a avaliação pedagógica está ao serviço de quem aprende e de quem ensina.

Este Projeto privilegia a avaliação formativa que, em diferentes momentos e utilizando diversas técnicas e instrumentos, irá promover um ensino mais inclusivo e equitativo. Pretende-se ir ao encontro do previsto na

legislação em vigor e aperfeiçoar as práticas de avaliação já instituídas no Agrupamento. Nesse sentido, será feita uma clarificação de critérios de sucesso do trabalho e das tarefas propostas aos alunos. Considera-se a prática da avaliação como central no processo de transformação, através uma avaliação de qualidade, com balanço entre *feedback* e *feedforward*, levando os alunos a desempenharem um papel mais ativo no seu processo de aprendizagem.

3. EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO

A EAA, que praticamente se manteve, é constituída pelos seguintes elementos:

- ✓ Palmira Guedes (coordenadora)
- ✓ Ana Maria Simões (pres. conselho geral)
- ✓ Humberto Nascimento (subdiretor)
- ✓ Maria Gracinda Alves (adjunta Direção)
- ✓ Teresa Santos (rep. pessoal docente)
- ✓ Paulo Santos (rep. pessoal docente)
- ✓ Carla Maria Veloso Esteves (rep. APEE)
- ✓ Esmeralda Alves (rep. pessoal não docente)
- ✓ Mariana Rodrigues (rep. dos alunos)

Este grupo integra representantes das principais estruturas que intervêm no processo educativo - professores, alunos, pais e encarregados de educação (PEE) e pessoal não docente e continua a contar com a colaboração do Serviço de Apoio à Melhoria das Escolas (SAME) da Universidade Católica, através do apoio indireto da consultora externa, Professora Doutora Manuela Gama.

4. ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O processo de autoavaliação traçou um planeamento adequado, ao ritmo possível da organização escolar e em função dos recursos disponíveis para o seu desenvolvimento. Por outro lado, no presente ano letivo continuamos a ter os condicionalismos impostos pela pandemia da COVID-19, que criou constrangimentos no processo e implicou que o mesmo fosse desenvolvido de acordo com as normas da DGS, e que tivéssemos de realizar grande parte do trabalho a distância.

a) Ao longo dos 1.º e 2.º períodos (quadro II)

Passos	Tarefas	Operacionalização	Calendarização
1.º	Definir a Equipa de AA	✓ Manutenção da EAA.	setembro
2.º	Organizar e planear a Autoavaliação	✓ Elaborar o planeamento do trabalho da autoavaliação, incluindo a definição do âmbito e da metodologia.	outubro e dezembro
3.º	Divulgar a continuação do projeto de autoavaliação	✓ Definir e implementar um plano de comunicação.	outubro a janeiro
4.º	Formar e sensibilizar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisar informação. ✓ Analisar documentos. ✓ Organizar a informação e os documentos relevantes da organização do trabalho da EAA. ✓ Definir as partes interessadas, os produtos e serviços que são prestados e os processos-chave. ✓ Elaborar os instrumentos de recolha de informação (questionários). 	outubro a fevereiro

b) Ao longo dos 2.º e 3.º períodos – O Processo de autoavaliação (quadro III)

Passos	Tarefas	Operacionalização	Calendarização
5.º	Realizar a autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aplicar os questionários. ✓ Reunir os grupos focais. ✓ Realizar a avaliação individualmente ou em equipa e pontuar. ✓ Obter o consenso da equipa quanto ao diagnóstico e pontuação. 	fevereiro a maio
6.º	Analisar os resultados da autoavaliação	✓ Analisar os resultados obtidos através dos diferentes instrumentos de recolha de informação.	maio
7.º	Elaborar um relatório que descreva os resultados da autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborar o relatório de autoavaliação que deve conter no mínimo os seguintes elementos: <ol style="list-style-type: none"> 1- Os pontos fortes (PF) e as áreas de melhoria (AM) para cada subcritério apoiados em evidências relevantes; 2- Uma pontuação justificada por subcritério; 3- Tópicos/sugestões para as ações de melhoria. 	Até final de maio

c) Divulgar os resultados: no final do ano letivo 2020/21 e no próximo ano letivo (quadro IV)

Passos	Tarefas	Operacionalização	Calendarização
8.º	Divulgar os resultados da autoavaliação	✓ Divulgar à comunidade o relatório com os resultados obtidos.	Final do ano letivo 2021/22 (junho/julho)
9.º	Proceder a eventuais alterações no Plano de Melhoria	✓ A apresentar pelo diretor, que decidirá os mecanismos de eventual alteração do Plano de Melhoria (PM).	Final do ano letivo 2021/22 e próximo ano letivo
10.º	Continuar a implementar o Plano de Melhoria	✓ Implementar as ações de melhoria, que incluem: 1- Um processo de monitorização e avaliação; 2- Prazos e resultados esperados claros; 3- O responsável de cada ação (coordenador).	
11.º	Continuar a implementar o processo de autoavaliação	✓ Continuar a verificar se as mudanças têm efeito positivo.	

5. ESCALA DE PONTUAÇÃO

A existência de duas modalidades de pontuação permite que as organizações se familiarizem mais facilmente com o ciclo PCDA (Planear -Executar – Rever - Ajustar) direcionando-as de forma mais positiva para uma abordagem de gestão da qualidade.

No painel de pontuação dos meios, a fase PDCA apenas é concretizada quando ações de *bench learning* integram o ciclo de melhoria contínua.

No painel de avaliação dos resultados é feita uma distinção entre a tendência dos resultados alcançados e a concretização das metas.

Pontuar cada subcritério e critério do modelo CAF visa quatro grandes objetivos:

- a. Fornecer informação e indicar o caminho a seguir para as ações de melhoria.
- b. Medir o progresso da organização, caso as avaliações com base na CAF sejam feitas com regularidade, anualmente ou com intervalos de dois anos, o que constitui uma boa prática de acordo com a maior parte das abordagens sobre a Qualidade.
- c. Identificar Boas Práticas que resultem de pontuações elevadas nos critérios de Meios e Resultados. Sublinhe-se que pontuações elevadas nos critérios de Resultados indiciam habitualmente a existência de boas práticas no contexto dos critérios de Meios.
- d. Ajudar a encontrar parceiros válidos com os quais seja útil aprender (*Benchmarking*: como comparar; *Bench learning*: o que se aprende com os outros). Relativamente ao *bench learning* importa referir que a comparação da pontuação obtida com a CAF tem um valor reduzido e implica riscos, particularmente se esta for feita sem a colaboração de consultores externos experientes e com formação para validar, de uma forma homogénea, as pontuações atribuídas pelas diferentes organizações públicas envolvidas. O principal objetivo do *bench learning* consiste em comparar as diferentes formas de gerir os meios e os resultados alcançados. As pontuações, quando validadas, podem ser um ponto de partida para este processo. Desta forma, o *bench learning* pode contribuir para melhorar o desempenho.

A Equipa de Autoavaliação optou por utilizar o sistema de pontuação clássico, representado no quadro V para os meios e no quadro VI para os resultados.

Quadro V – Sistema de Pontuação clássico.

FASE	PAINEL DOS MEIOS – PONTUAÇÃO CLÁSSICA	PONTUAÇÃO
	Não temos ações nesta área. Não temos informação ou esta não tem expressão.	0 - 10
Planear	Existem ações planeadas nesta área.	11-30
Executar	Existem ações em curso ou estão a ser implementadas.	31-50
Rever	Revimos /avaliámos se fizemos as coisas certas de forma correta.	51-70
Ajustar	Com base na revisão/avaliação fizemos os necessários ajustamentos.	71-90
PDCA	Tudo o que fizemos nesta área foi planeado, implementado, revisto e é ajustado regularmente e aprendemos com outras organizações. Estamos num ciclo de melhoria contínua nesta matéria.	91-100

Fonte: DGAEP (2014) – CAF Educação, p. 66.

Quadro VI – Painel de Resultados no sistema de pontuação clássico.

PAINEL DOS RESULTADOS – PONTUAÇÃO CLÁSSICA	PONTUAÇÃO
Não há resultados medidos e/ou não há informação disponível.	0 - 10
Os resultados são medidos e demonstram uma tendência negativa e/ou não foram alcançadas metas relevantes.	11-30
Os resultados demonstram uma tendência estável e/ou algumas metas relevantes foram alcançadas.	31-50
Os resultados demonstram uma tendência de melhoria e/ou a maior parte das metas relevantes foram alcançadas.	51-70
Os resultados demonstram um progresso considerável e/ou todas as metas relevantes foram alcançadas.	71-90
Foram alcançados resultados excelentes e sustentáveis. Todas as metas relevantes foram alcançadas. Foram feitas comparações positivas sobre os resultados-chave com outras organizações relevantes.	91-100

Fonte: DGAEP (2014) – CAF Educação, p. 66.

6. INSTRUMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO

A equipa de autoavaliação do AE de Murça preencheu a grelha de autoavaliação onde identificou, com objetividade e rigor, evidências para cada um dos indicadores/exemplos na análise das diferentes dimensões do modelo CAF Educação – Modelo Integrado, versão de 2019.

Para esta avaliação, a equipa teve em conta a sua visão concreta e precisa do modo de funcionamento do Agrupamento e dos seus resultados, de forma a proceder à identificação das evidências que melhor esclarecessem cada indicador, tendo recorrido aos seguintes instrumentos para recolha e identificação de evidências (**quadro VII**):

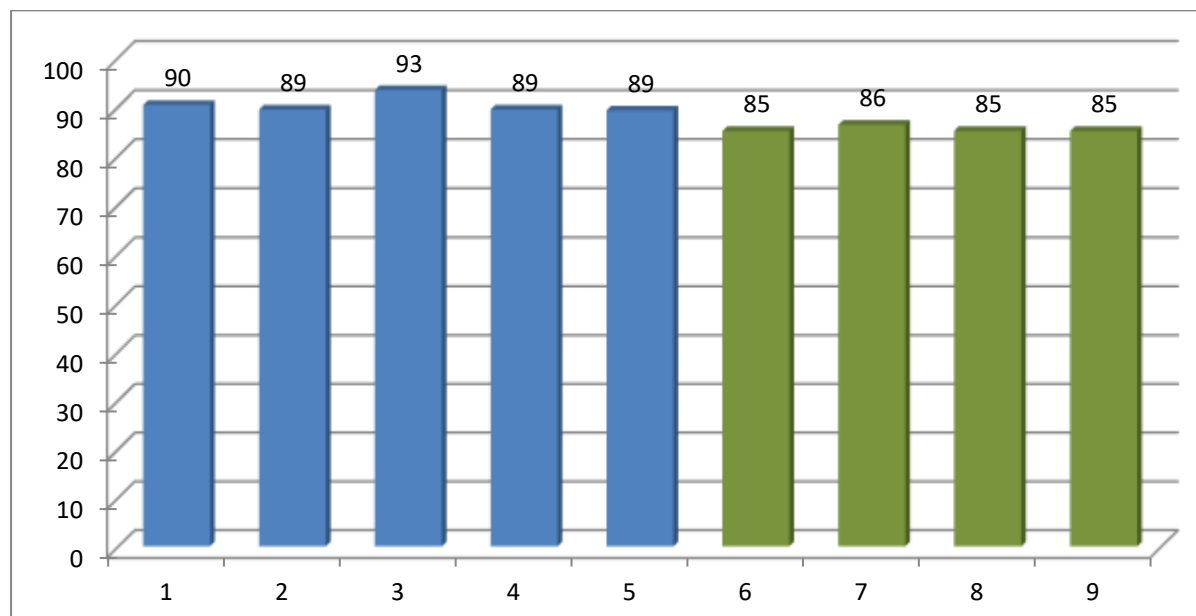
Técnica	Registos / Documentos Consultados / Pessoas Entrevistadas			
	Legislação	Documentos...	Atas...	Listas de verificação
Análise documental	<ul style="list-style-type: none"> ✓ DL n.º 54/2018; ✓ DL n.º 55/2018; ✓ Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; ✓ Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projeto Educativo; ✓ Regulamento Interno; ✓ Relatórios de Autoavaliação; ✓ Plano Anual de Atividades; ✓ Relatório do Plano Anual de Atividades; ✓ Plano Plurianual de Melhoria; ✓ Projeto de intervenção MAIA; ✓ Relatórios de avaliação TEIP; ✓ Planos de Trabalho das Turmas; ✓ Portal da Internet do Agrupamento; ✓ Plataforma TEAMS; ✓ Manual de Procedimentos; ✓ Pautas; ✓ Relatórios (pedagógicos, administrativos e financeiros); ✓ Livro de reclamações; ✓ Horários do Pessoal Docente. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atas do Conselho Geral; ✓ Atas de Conselho Pedagógico; ✓ Atas de departamentos curriculares e dos grupos disciplinares; ✓ Atas de Conselho de Diretores de Turma; ✓ Atas de Conselhos de Turma; ✓ Atas de reuniões das equipas pedagógicas; ✓ Atas de reuniões com o pessoal não docente; ✓ Protocolos; ✓ Relatórios de Formação em Contexto de Trabalho; ✓ Cadernetas de estágio. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Departamentos; ✓ Grupos; ✓ Coordenações de ciclo; ✓ Diretores de turma.
Grupos focais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Representantes dos grupos disciplinares ✓ Diretores de Cursos Profissionais ✓ Associação de Pais e Encarregados de Educação ✓ Associação de Estudantes 			
Questionários	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alunos; ✓ Encarregados de Educação; ✓ Pessoal Docente; ✓ Pessoal Não Docente. 			

Os grupos focais foram desenvolvidos junto daqueles que a equipa reconheceu como sendo os elementos que poderiam fornecer informação relevante e pertinente para a identificação e recolha de evidências de acordo com os exemplos/indicadores da CAF Educação, especialmente acerca do tema em análise com maior relevância no presente ano letivo.

7. RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

No gráfico 1 são apresentadas as médias globais em função dos critérios “MEIOS” (critério 1 a 5) e dos critérios “RESULTADOS” (critério 6 a 9).

Gráfico 1 – Médias globais dos Critérios relativos aos Meios (1 a 5) e Resultados (6 a 9)



Fonte: Pontuação da EA (maio 2022)

Critério 1. Liderança

Critério 2. Planeamento e estratégia

Critério 3. Pessoas

Critério 4. Critério Parcerias e recursos

Critério 5. Processos

Critério 6. Resultados orientados para o aluno e outras partes interessadas-chave

Critério 7. Resultados das pessoas

Critério 8. Resultados da responsabilidade social

Critério 9. Resultados do desempenho-chave

Pela observação do gráfico 1, podemos constatar que o Agrupamento de Escolas de Murça se situa, em quase todos os critérios, na escala de pontuação clássica para os “MEIOS”, **na fase ajustar (71-90), o que significa que com base na revisão/avaliação fizemos os necessários ajustamentos.**

De igual forma, o mesmo gráfico, indica-nos que o Agrupamento, na escala de pontuação clássica para os “RESULTADOS”, se situa **num nível intermédio (71-90), ou seja, os resultados demonstram um progresso considerável e/ou todas as metas relevantes foram alcançadas.**

Como já apontamos anteriormente, o modelo integrado CAF (DGAEP, 2019) é composto pelas componentes:

1. A autoavaliação a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas, deve ter em conta os seguintes critérios:

- ✓ Grau de concretização do Projeto Educativo e modo como se prepara e concretiza a educação, o ensino e as aprendizagens das crianças e alunos, tendo em conta as suas características específicas;
- ✓ Nível de execução de atividades proporcionadoras de climas e ambientes educativos capazes de gerarem as condições afetivas e emocionais de vivência escolar propícias à interação, à integração

- social, às aprendizagens e ao desenvolvimento integral da personalidade das crianças e alunos;
- ✓ Desempenho dos órgãos de administração e gestão das escolas ou Agrupamentos de escolas, abrangendo o funcionamento das estruturas escolares de gestão e de orientação educativa, o funcionamento administrativo, a gestão de recursos e a visão inerente à ação educativa, enquanto projeto e plano de atuação;
 - ✓ Sucesso escolar, avaliado através da capacidade de promoção da frequência escolar e dos resultados do desenvolvimento das aprendizagens escolares dos alunos, em particular dos resultados identificados através dos regimes em vigor de avaliação das aprendizagens;
 - ✓ Prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa.

2. A avaliação externa, que tem como objetivos:

- ✓ Promover a qualidade do ensino, das aprendizagens e a inclusão de todas as crianças e de todos os alunos;
- ✓ Identificar os pontos fortes e áreas prioritárias, com vista à melhoria do planeamento, gestão e ação educativa das escolas;
- ✓ Aferir a efetividade das práticas de autoavaliação das escolas;
- ✓ Promover uma cultura de participação da comunidade educativa;
- ✓ Contribuir para um melhor conhecimento público da qualidade do trabalho das escolas;
- ✓ Produzir informação para apoiar a tomada de decisão, no âmbito do desenvolvimento das políticas educativas.

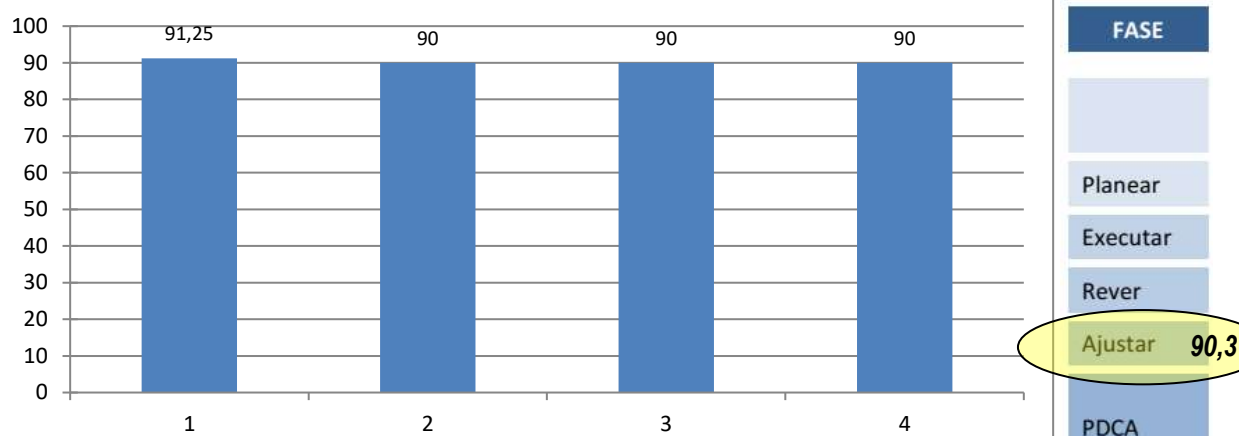
3. EQAVET:

- ✓ Deve ser aplicado ao nível do sistema, dos prestadores e da qualificação de ensino e formação profissionais (EFP). Propõe uma abordagem sistémica da qualidade, que engloba e põe em inter-relação os níveis e intervenientes pertinentes;
- ✓ Tem por base uma série de critérios de qualidade, descritores e indicadores aplicáveis à gestão da qualidade dos sistemas e dos prestadores de EFP. O objetivo não é de introduzir novas normas, mas sim de apoiar os Estados-Membros, salvaguardando simultaneamente a diversidade das suas abordagens;
- ✓ Deve ser entendido como uma «caixa de ferramentas» em que os vários utilizadores podem escolher os indicadores que considerem mais pertinentes para as necessidades do respetivo sistema de qualidade. Os descritores e indicadores devem ser entendidos como meras linhas de orientação e podem ser selecionados e aplicados pelos utilizadores do quadro de referência de acordo com todas, ou parte, das suas exigências e das configurações existentes;
- ✓ Inclui indicadores que devem ser empregues numa base exclusivamente voluntária para a gestão do ciclo de qualidade, tendo em conta o seu potencial de valor acrescentado, e de acordo com a legislação e a prática nacionais, e não devem ser considerados critérios de referência nem meios para comunicar informações ou estabelecer comparações entre a qualidade e a eficácia dos diferentes sistemas nacionais.

Assim, o relatório de autoavaliação e restantes documentos que resultam do processo de autoavaliação contribuem para sistematizar a informação necessária para os **processos de avaliação externa** e de **avaliação da adoção do EQAVET** e, simultaneamente, para o **Agrupamento fazer a sua autoavaliação** de uma forma ainda mais abrangente.

No presente relatório procede-se a uma análise das médias obtidas em cada critério e em cada subcritério respetivo, sendo enunciados em cada um deles os pontos fortes e as áreas de melhoria. Evidenciamos separadamente cada uma das componentes identificadas, por uma questão metodológica, que nos irá permitir futuramente definir prioridades. **Destacamos as questões relacionadas com a avaliação pedagógica.**

CRITÉRIO 1 - LIDERANÇA



Subcritérios

1. Dar uma orientação à organização desenvolvendo a missão, visão e valores
2. Gerir a instituição de ensino e formação, o seu desempenho e a sua melhoria contínua
3. Motivar e apoiar as pessoas da organização e servir de modelo de conduta
4. Gerir de forma eficaz as relações com as autoridades políticas e outras partes interessadas

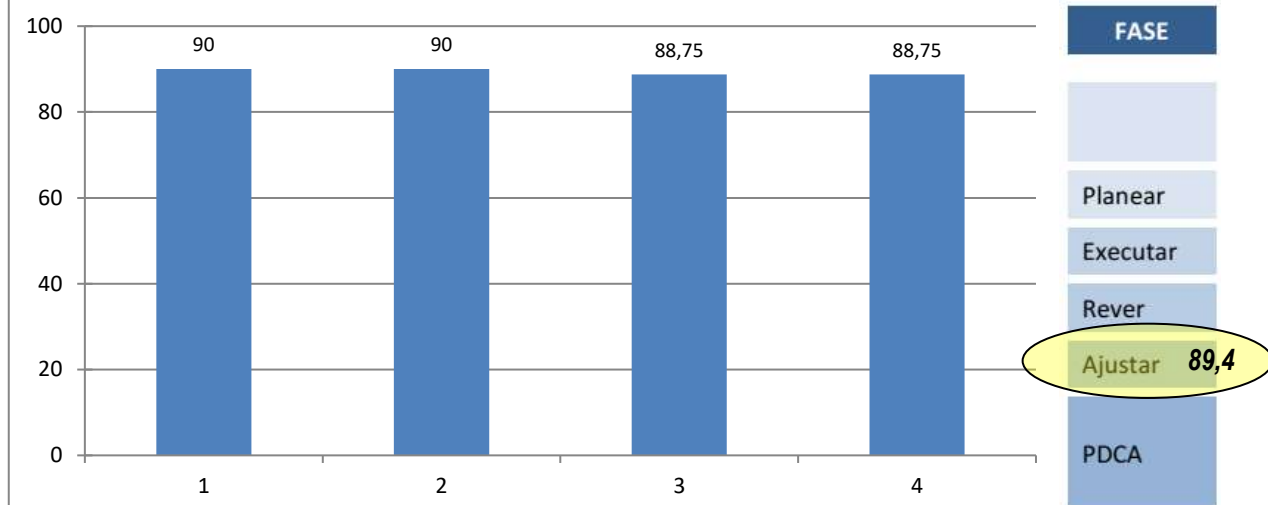
PONTOS FORTES:

1. Os documentos estruturantes orientadores do Agrupamento contêm coerência entre si.
2. A Direção incentiva o envolvimento da comunidade escolar na concretização do Projeto Educativo.
3. A Direção comunica e define objetivos anuais para o Agrupamento.
4. Os departamentos curriculares planificam a ação educativa tendo em conta as estratégias definidas pela Direção.
5. A Direção fomenta um ambiente de confiança, de respeito e solidariedade em todo o Agrupamento.
6. A Direção acompanha a maior parte da realização das atividades no Agrupamento, envolvendo os membros da comunidade educativa nessa análise.
7. A Direção preocupa-se em promover uma cultura de escola.
8. A Direção define plano de ocupação dos alunos em caso de ausência imprevista dos docentes, coerente com o desenvolvimento das ações educativas.
9. A Direção lidera através do exemplo, atuando de acordo com os objetivos e valores estabelecidos para o Agrupamento.
10. A Direção está acessível, escuta e responde às pessoas e à comunidade escolar.
11. A Direção assegura canais de informação que permitem a divulgação de documentos e decisões sobre o funcionamento do Agrupamento a toda a comunidade educativa.
12. A Direção reconhece, estimula e valoriza o trabalho das pessoas e das equipas.
13. A Direção informa a comunidade escolar sobre as políticas públicas que afetam o Agrupamento.
14. A autarquia é envolvida na vida do Agrupamento.
15. A divulgação dos documentos estruturantes do Agrupamento é feita em formato papel e digital.
16. Definição clara da visão que sustenta a ação da escola com vista à consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
17. Visão partilhada pelos diferentes atores educativos e mobilizadora da sua ação.
18. Promoção de um ambiente escolar desafiador da aprendizagem.
19. Promoção de um ambiente escolar seguro, saudável e ecológico.
20. Promoção de um ambiente escolar socialmente acolhedor, inclusivo e cordial.
21. Incentivo ao desenvolvimento de projetos e soluções inovadoras.
22. Motivação das pessoas, desenvolvimento profissional e gestão de conflitos.
23. Valorização dos diferentes níveis de liderança, nomeadamente as lideranças intermédias.
24. Parcerias com outras instituições e agentes da comunidade que mobilizam recursos e promovem, assim, a qualidade das aprendizagens.
25. As responsabilidades em matéria de gestão e de desenvolvimento da qualidade são explicitamente atribuídas (existe uma equipa constituída, com atribuições específicas).
26. As metas/objetivos políticos europeus, nacionais e regionais são refletidos nos objetivos fixados pela instituição (EQAVET tem metas definidas – europeias e nacionais e o projeto TEIP também as define – nacionais e regionais).
27. Foi adotado um sistema de garantia de qualidade explícito e transparente (selo de qualidade EQAVET atribuído por três anos).

ÁREAS DE MELHORIA:

1. Mecanismos de divulgação do que o Agrupamento faz no âmbito da sua oferta formativa.
2. Definir uma estratégia promocional para o Agrupamento.
3. Aumentar a partilha e a aprendizagem através da divulgação de boas práticas.
4. Comunicação mais eficaz sobre as decisões de funcionamento ou mudanças a efetuar no Agrupamento.
5. O conselho geral deve promover e incentivar o relacionamento com a comunidade educativa envolvente.
6. **A Direção e/ou Conselho Pedagógico promovem eventos de monitorização/avaliação no Agrupamento e a divulgação dos resultados dessa monitorização.**
7. Avaliação da eficácia dos projetos, parcerias e soluções.

CRITÉRIO 2 – PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA



Subcritérios

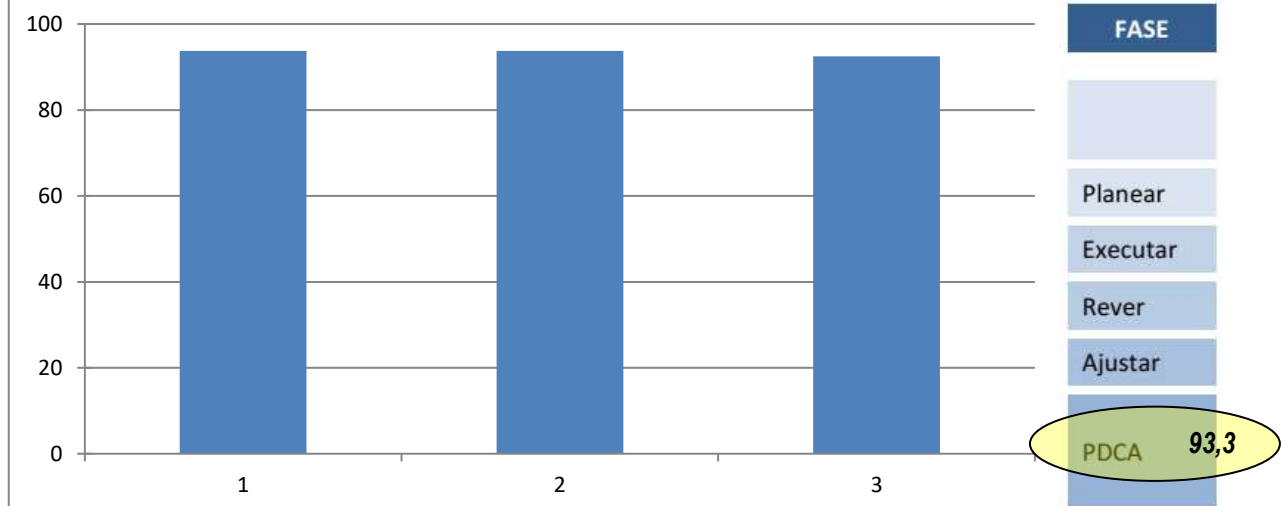
1. Recolher informação relacionada com as necessidades presentes e futuras das partes interessadas, bem como informação de gestão relevante
2. Desenvolver a estratégia e o planeamento, tendo em conta a informação recolhida
3. Comunicar e implementar a estratégia e o planeamento em toda a organização e revê-los de forma regular
4. Planear, implementar e rever a inovação e a mudança

PONTOS FORTES:

1. Estratégias de atuação dos órgãos de gestão têm em conta os recursos disponíveis no Agrupamento.
2. Direção, Conselho Pedagógico e Departamentos Curriculares analisam pontos fortes e fracos do Agrupamento.
3. Metas quantificáveis, calendarizadas no tempo e de forma a serem monitorizadas.
4. Em resultado de reflexão e monitorização, procura ajustar as estratégias e os procedimentos.
5. Agrupamento revela capacidade para sustentação das estratégias, funcionamento e ofertas educativas e envolve as estruturas educativas nessa sustentação.
6. Agrupamento desenvolve e ajusta o planeamento e a estratégia, tendo em conta as necessidades das partes interessadas (alunos, docentes, funcionários, famílias) e os recursos disponíveis.
7. Direção reúne com os colaboradores e clientes para analisar as questões relativas ao Agrupamento, procurando rever estratégias e objetivos.
8. Plataforma TEAMS eficaz na comunicação com a comunidade escolar.
9. Direção cria e desenvolve uma cultura de abertura, inovação e mudança no Agrupamento e procura implementar soluções e novas formas de atuação.
10. Preocupação pela formação dos agentes educativos (Plano de Formação).
11. Implementação de mudanças tendo em conta a evolução das situações e as exigências de modernização e inovação.
12. Clareza e coerência entre os documentos orientadores da ação da escola.
13. Clareza e coerência dos objetivos, metas e estratégias definidos no Projeto Educativo.
14. Relevância das opções curriculares constantes dos documentos da escola para o desenvolvimento de todas as áreas de competências consideradas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
15. Orientação da ação para o cumprimento das metas e objetivos educacionais.
16. Procedimento sistemático de autoavaliação da escola.
17. Articulação da autoavaliação da escola com os restantes processos de avaliação que ocorrem na escola.
18. Auscultação e participação abrangentes da comunidade educativa.
19. Planeamento estratégico da autoavaliação tendo em conta: a adequação da autoavaliação à realidade da escola; a centralidade do processo de ensino e aprendizagem; a existência de estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação com a comunidade educativa.
20. Consistência das práticas de autoavaliação tendo em conta: a abrangência do processo de recolha de dados; o rigor do processo de análise dos dados; a melhoria contínua do processo de autoavaliação e a monitorização e avaliação das ações de melhoria.
21. Avaliar o contributo da autoavaliação na melhoria organizacional da escola.
22. Avaliar o contributo da autoavaliação na melhoria do desenvolvimento curricular.
23. Avaliar o contributo da autoavaliação na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.
24. É organizada uma consulta permanente com as partes interessadas a fim de identificar necessidades locais/individuais específicas.
25. As partes interessadas participam no processo de análise das necessidades locais.
26. Os colaboradores participam desde o início no processo de planeamento, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento da qualidade.
27. São planeadas iniciativas de cooperação com outras instituições de ensino e formação.
28. Foram implementados sistemas de alerta rápido coordenados a nível central.

29. Os recursos são adequadamente calculados/atribuídos a nível interno tendo em vista alcançar os objetivos traçados nos planos de aplicação.
30. Foram fixadas metas/objetivos explícitos.
31. Realizadas autoavaliações periódicas de acordo com o quadro regulamentar nacional ou por iniciativa da instituição.
ÁREAS DE MELHORIA:
1. Plano de Atividades é ferramenta para a consecução dos objetivos definidos no Projeto Educativo e contribui para o sucesso escolar e social dos alunos, no entanto, as atividades devem seguir mais de perto as linhas orientadoras do Projeto Educativo e o definido estrategicamente pelos diferentes órgãos de gestão.
2. Assistentes não conhecem plenamente os objetivos da escola, pelo que não os seguem nas suas áreas de trabalho.
3. Resistência à mudança e à inovação e dificuldade em motivar algumas pessoas.
4. Avaliar o contributo da autoavaliação na definição das necessidades de formação contínua e avaliação do seu impacto.
5. Avaliar o contributo da autoavaliação para a melhoria da educação inclusiva (implementação das medidas curriculares, afetação de recursos e funcionamento das estruturas de suporte).
6. É necessário que os procedimentos de recolha de feedback e de revisão façam parte de um processo estratégico de aprendizagem da organização.

CRITÉRIO 3 – PESSOAS



Subcritérios

1. Planear, gerir e melhorar os recursos humanos de forma transparente em conformidade com o planeamento e a estratégia
2. Identificar, desenvolver e utilizar as competências das pessoas, alinhando os objetivos individuais e organizacionais
3. Envolver as pessoas através do diálogo e da delegação de responsabilidades, promovendo o seu bem-estar

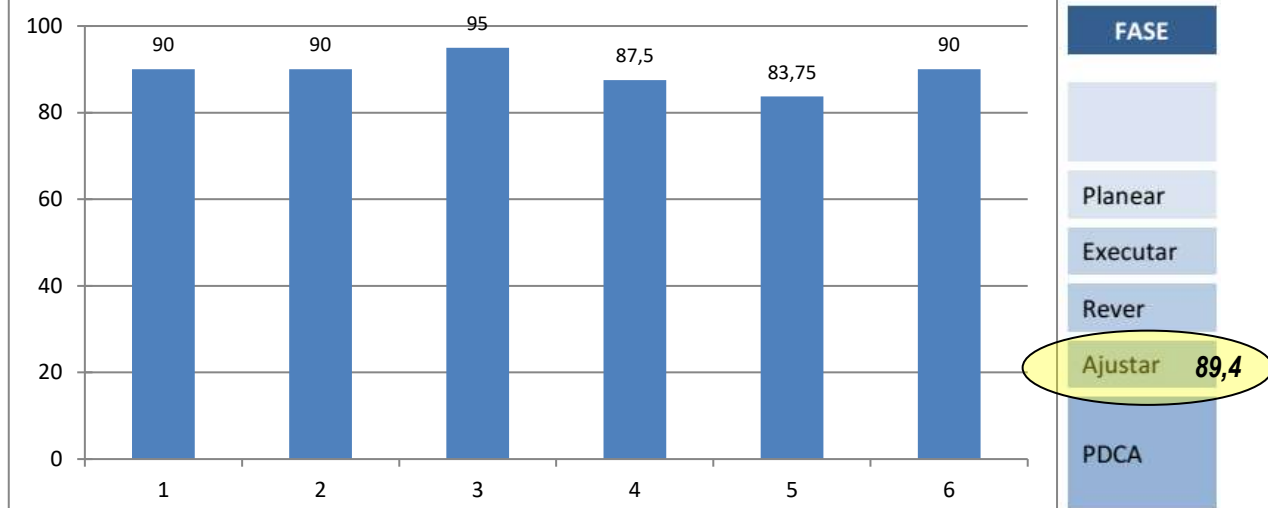
PONTOS FORTES:

1. Agrupamento incentiva a participação e o envolvimento dos pais na vida da escola.
2. Gestão dos recursos: substituição das pessoas que estão a faltar de modo atempado, acompanhamento das pessoas, retatividade a sugestões e a formas para encontrar soluções para problemas de falta de recursos humanos.
3. Direção conhece as competências pessoais e profissionais dos docentes e tem em conta essas competências na gestão e organização, e são nomeados para cargos e funções de acordo com critérios e perfis que assentam na competência profissional e social.
4. Direção faz o acompanhamento do desempenho dos cargos e funções.
5. Departamentos curriculares refletem sobre o funcionamento e os resultados do Agrupamento.
6. Direção incentiva e facilita o trabalho em equipa e é receptiva a ideias e sugestões da comunidade educativa.
7. Agrupamento consulta os alunos e os encarregados de educação para conhecer o seu grau de satisfação em relação ao funcionamento das escolas.
8. Distribuição e gestão dos recursos humanos de acordo com as necessidades das crianças e alunos.
9. Gestão dos recursos que valorize as pessoas, o seu desenvolvimento profissional e bem-estar.
10. Práticas de formação contínua dos profissionais, por iniciativa da escola, adequadas às necessidades identificadas e às suas prioridades pedagógicas.
11. Gestão dos recursos humanos que impulse a autonomia e a diversidade organizativa.
12. Existe um plano de formação adequado ao desenvolvimento das competências do pessoal docente.
13. O pessoal docente frequenta regularmente formação e desenvolve ações de cooperação com as partes interessadas externas com vista a apoiar o desenvolvimento de competências, a melhoria da qualidade e a reforçar o desempenho.
14. É avaliada a satisfação do pessoal docente e não docente.

ÁREAS DE MELHORIA:

1. Aumentar a visibilidade do que se faz para gerir e melhorar os recursos humanos.
 2. Desenvolver mais as competências dos funcionários: falta de mobilidade em determinados setores de funcionamento, melhorar e aumentar a formação em parceria com a Câmara Municipal de Murça (CMM), preparar melhor as pessoas para exercerem as funções.
 3. Agrupamento deve avaliar os impactos dos planos de formação e dos projetos existentes na escola.
 4. Aumentar a troca de experiências sobre formas de articulação com os pais/ encarregados de educação pelos diretores de turma, os professores e titulares de turma e os educadores.
5. É necessário avaliar a proporção de professores/formadores que participam em programas de aperfeiçoamento profissional e monitorizar o investimento nestes programas.

CRITÉRIO 4 – PARCERIAS E RECURSOS



Subcritérios

1. Desenvolver e gerir parcerias com outras organizações
2. Desenvolver e implementar parcerias com os alunos/formandos
3. Gerir os recursos financeiros
4. Gerir o conhecimento e a informação
5. Gerir os recursos tecnológicos
6. Gerir os recursos materiais

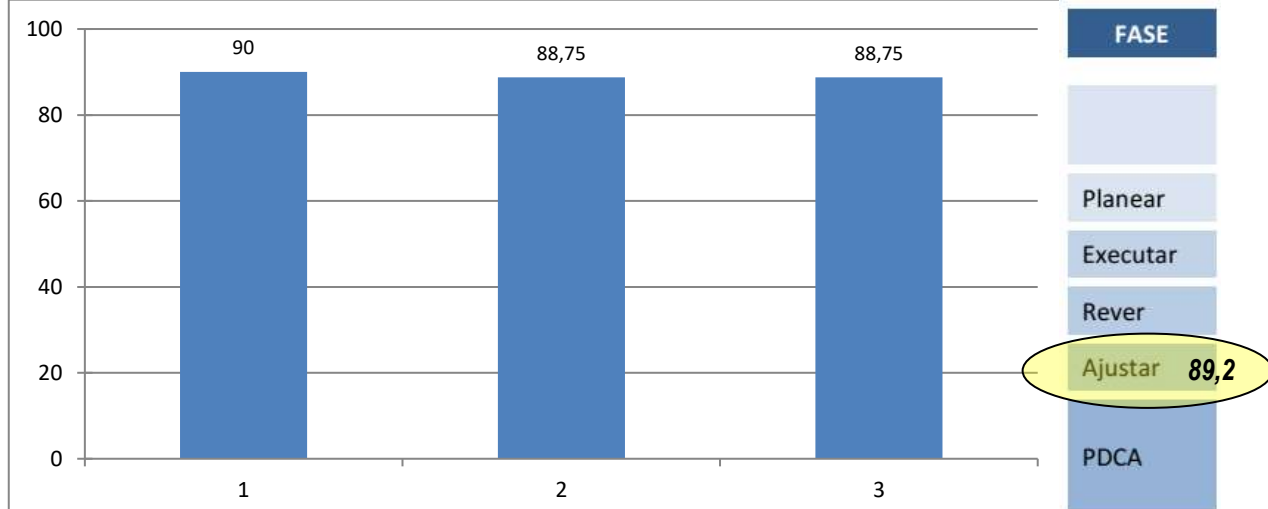
PONTOS FORTES:

1. Direção procura parcerias e acordos com outras instituições de forma frequente.
2. Participação do Agrupamento e dos docentes em projetos resultantes de parcerias, acordos e protocolos, aproveitando e otimizando as possibilidades das parcerias realizadas.
3. Agrupamento preocupa-se com os gastos, com a reutilização e com a economia.
4. Horário de funcionamento dos serviços é adequado bem como a sua gestão.
5. Serviços administrativos utilizam as tecnologias para melhorar os processos de administração e informação.
6. Envolvimento da escola em iniciativas locais.
7. Adequação da informação ao público-alvo.
8. Acesso à informação da escola pela comunidade educativa (TEAMS, portal...).
9. Divulgação da informação respeitando princípios éticos e deontológicos.
10. Incentivo à participação na escola dos diferentes atores educativos.
11. Diversidade e eficácia dos circuitos de comunicação interna e externa.
12. Rigor no reporte de dados às entidades competentes.
13. Desenvolver canais internos para assegurar que todos os colaboradores da instituição tenham acesso à informação e conhecimento necessários (materiais educacionais, materiais de apoio relacionados com a formação contínua, dados, etc.), incluindo os que dizem respeito às mudanças internas e melhorias de processos, de acordo com as atividades/tarefas atribuídas (TEAMS, portal, coordenadores...).
14. Adotar a estrutura das TIC e os recursos necessários para prestar serviços online inteligentes e eficazes, de forma a melhorar a prestação de serviços aos alunos/formandos.
15. Organização e afetação dos recursos materiais com vista à obtenção de impactos positivos na qualidade das aprendizagens.
16. Organização e afetação dos recursos materiais tendo em conta as necessidades e expectativas de todas as crianças e alunos.
17. Organização e afetação dos recursos materiais monitorizando e ajustando quando necessário.
18. Disponibilização dos espaços e equipamentos da escola para atividades da comunidade
19. São apoiadas de modo explícito parcerias pertinentes e abrangentes para levar a cabo as ações previstas.

ÁREAS DE MELHORIA:

1. Na escola sede as instalações, espaços e equipamentos não são adequados às necessidades do Agrupamento (obras estão a terminar).
2. Necessidade de mais evidências de preocupações ambientais: desligar a iluminação e outros aparelhos, poupança da água e do papel, recolha seletiva de resíduos, reutilização do papel para tomar notas, aquecimento ponderado e sem desperdícios, aquisição de bens e aparelhos quando necessário e de forma ecologicamente equilibrada.
3. Assistentes devem apresentar um perfil adequado às funções que desempenham.
4. Necessidade de atualização sistemática e solução constante dos problemas existentes em relação às TIC.

CRITÉRIO 5 – PROCESSOS



Subcritérios

1. Identificar, conceber, gerir e inovar os processos de forma sistemática
2. Desenvolver e fornecer produtos e serviços orientados para os alunos/partes interessadas
3. Coordenar os processos em toda a instituição de ensino e formação e com outras organizações

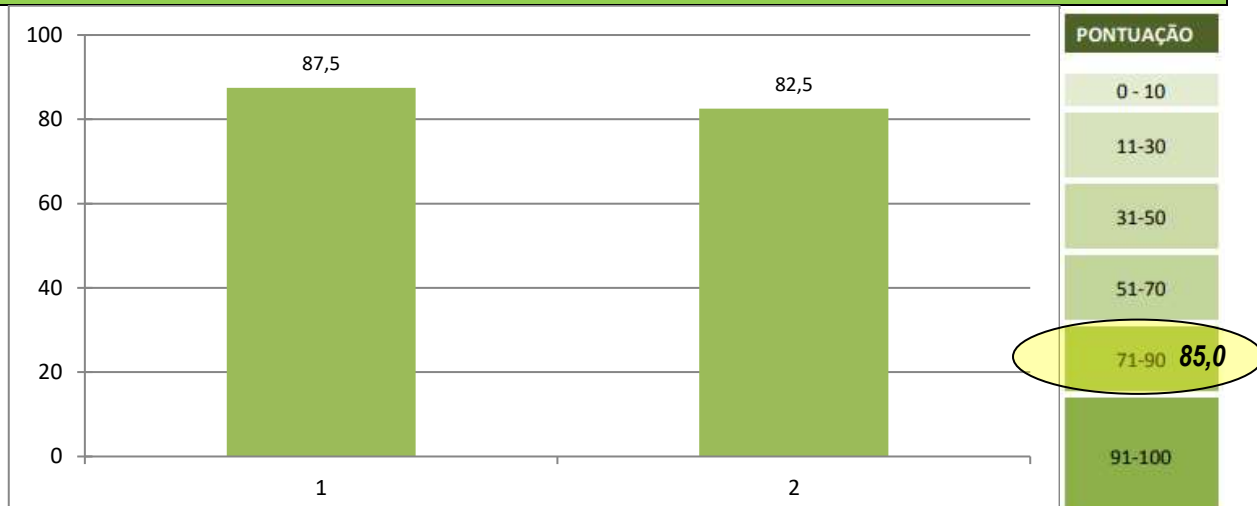
PONTOS FORTES:

1. Preocupação em atrair os pais à escola e mantê-los informados.
2. Agrupamento realiza iniciativas de resolução perante problemas identificados ou comunicados.
3. Direção procura melhorar o funcionamento e a gestão da Escola de acordo com critérios de eficiência e para os resultados.
4. Avaliação das necessidades educativas dos alunos como forma de ajustar o processo educativo.
5. Direção analisa as características e potencialidades das pessoas adequadas para as lideranças intermédias.
6. **Conselho Pedagógico faz a monitorização do processo de ensino e aprendizagem, faz o balanço das avaliações em finais de período/ano letivo, tira as respetivas conclusões sobre o que é preciso fazer para melhorar, avalia os incumprimentos e estratégias de remediação, elabora documentação que posteriormente vai ser analisada em departamentos, faz a divulgação de boas práticas, reflexão dos resultados e aplicação de medidas de intervenção.**
7. Direção gere o funcionamento da Escola de maneira eficiente e ajustada: atenta às potencialidades e necessidades da escola, articula com docentes, combate a indisciplina, apoio pessoal quando é necessário, organiza os recursos humanos e materiais, comunica, seleciona as pessoas adequadas ao cargo, controla os consumos, promove a articulação.
8. Instrumentos de monitorização utilizados no Agrupamento: listas de verificação, modelos de atas, grelhas de avaliação de monitorização das aulas; balanço final períodos com análise de resultados por ano, turma, disciplina; avaliação de atividades; construção de gráficos a partir de dados recolhidos; inquéritos de satisfação.
9. Gestão para melhoria do funcionamento do Agrupamento: reuniões periódicas com delegados de turma; diálogo entre os diferentes intervenientes; autoavaliação e autorregulação do próprio agrupamento.
10. Currículo, ensino e apoios, no sentido de favorecer a aprendizagem dos alunos: salas de estudo, apoios ao estudo/apoios educativos; tutorias; mentorias; gestão de recursos humanos de forma a assegurar apoio às aprendizagens; coadjuvações em sala de aula; Turma Mais; clubes diversos; salas de preparação para os exames.
11. Escola reconhece o impacto das novas tecnologias e promove a sua aprendizagem por parte dos docentes, funcionários, alunos e PEE.
12. Oferta educativa (matriz curricular de escola) ou atividades pedagógicas que a Escola providencia para os alunos: visitas de estudo específicas; apoios educativos; salas de estudo, salas de apoio ao estudo; desporto escolar; clubes diversificados; vindas à escola de entidades que enriquecem o conhecimento dos alunos; palestras e conferências realizadas na escola por entidades externas; dinamização de domínios de autonomia curricular; concursos para os alunos; atividades variadas em parceria com a comunidade local, regional e nacional.
13. Direção tem a preocupação que a comunidade escolar tenha acesso às comunicações.
14. Agrupamento desenvolve serviços/atividades orientados para os alunos, docentes, funcionários, encarregados de educação e público em geral: promove a colaboração e a participação dos alunos; encontros com os representantes dos alunos; formação e atividades; formações e palestras para todos; parcerias com organismos exteriores à escola.
15. Formas de melhorar as aprendizagens escolares: criação de apoios educativos, salas de estudo, o incentivo ao trabalho colaborativo entre docentes, a existência de aulas em coadjuvação, Turma Mais; Matriz Curricular de Escola; INCLUD-ED; a análise e reflexão sobre os resultados escolares.
16. **Autoavaliação dos alunos é estimulada e promovida no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas.**
17. Articulação pedagógica e de estratégias de autoformação: reuniões formais e informais, trabalho de pares ou colaborativo, partilha de materiais e a análise de atuações e procedimentos.
18. Mecanismos para os seus utentes e cidadãos em geral apresentarem sugestões, críticas, reclamações e a escola tem em consideração as propostas e as reclamações apresentadas.
19. Divulgação do trabalho e ofertas educativas: página do Agrupamento, Facebook, atividades abertas à comunidade educativa em parceria com outras instituições, os meios de comunicação locais, jornais e rádio, distribuição de folhetos informativos e palestras dinamizadas.
20. Existência de critérios pedagógicos na constituição e gestão dos grupos e turmas.

<p>21. Flexibilidade na gestão do trabalho com os grupos e turmas (turma+, coadjuvação...).</p> <p>22. Respostas educativas adaptadas às necessidades de formação dos alunos com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.</p> <p>23. Práticas de organização e gestão do currículo e da aprendizagem para uma educação inclusiva.</p> <p>24. Integração curricular de atividades culturais, científicas, artísticas e desportivas.</p> <p>25. Iniciativas de inovação curricular.</p> <p>26. Iniciativas de inovação pedagógica.</p> <p>27. Definição de medidas de suporte às aprendizagens e à inclusão que promovam a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo.</p> <p>28. Utilização primordial da avaliação com finalidade formativa.</p> <p>29. Utilização de recursos educativos diversificados (TIC, biblioteca escolar, centro de recursos educativos).</p> <p>30. Adequação dos recursos educativos às características das crianças e dos alunos.</p> <p>31. Rentabilização do centro de apoio à aprendizagem.</p> <p>32. Estratégias diversificadas de ensino e aprendizagem com vista à melhoria das aprendizagens, incluindo o desenvolvimento do espírito crítico, a resolução de problemas e o trabalho em equipa.</p> <p>33. Recurso privilegiado à metodologia de projeto e a atividades experimentais.</p> <p>34. Estratégias para a manutenção de ambientes de sala de aula propícios à aprendizagem.</p> <p>35. Medidas universais, seletivas e adicionais de inclusão das crianças e dos alunos.</p> <p>36. Ações para a melhoria dos resultados das crianças e alunos em grupos de risco, como os oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos.</p> <p>37. Práticas de promoção da excelência escolar.</p> <p>38. Medidas de prevenção da retenção, abandono e desistência.</p> <p>39. Diversidade de práticas e instrumentos de avaliação nas diferentes modalidades.</p> <p>40. Aferição de critérios e instrumentos de avaliação.</p> <p>41. Partilha de práticas científico-pedagógicas relevantes.</p> <p>42. Reflexão sobre a eficácia das diferentes metodologias de ensino e aprendizagem aplicadas.</p> <p>43. Avaliar o processo de ensino-aprendizagem e os resultados do ensino.</p> <p>44. Contribuição da autorregulação para a melhoria da prática letiva.</p> <p>45. Contribuição da regulação por pares para a melhoria da prática letiva.</p> <p>46. Contribuição da regulação pelas lideranças para a melhoria da prática letiva.</p> <p>47. Desenvolver atividades de apoio ao bem-estar pessoal e social.</p> <p>48. Assegurar o reconhecimento e respeito pela diversidade.</p> <p>49. Promover medidas de orientação escolar e profissional.</p> <p>50. Promoção da autonomia e responsabilidade individual.</p> <p>51. Promoção da participação e envolvimento na comunidade.</p> <p>52. Promoção de uma atitude de resiliência.</p> <p>53. Promoção da assiduidade e pontualidade.</p> <p>54. Trabalho voluntário.</p> <p>55. Ações de solidariedade.</p> <p>56. Ações de apoio à inclusão.</p> <p>57. Ações de participação democrática.</p> <p>58. Promover medidas de prevenção e proteção de comportamentos de risco.</p> <p>59. Estabelecimento de normas e código de conduta.</p> <p>60. Definição de formas de tratamento dos incidentes disciplinares.</p> <p>61. Existência, consistência e divulgação na comunidade educativa de critérios na aplicação de medidas disciplinares aos alunos.</p> <p>62. Monitorização das ocorrências em que foram aplicadas medidas disciplinares sancionatórias.</p> <p>63. Valorização da dimensão lúdica no desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular/atividades de animação e de apoio à família.</p> <p>64. Adequação da oferta educativa aos interesses dos alunos e às necessidades de formação da comunidade envolvente.</p> <p>65. Participação das crianças e alunos nas iniciativas da escola para a formação pessoal e cidadania.</p> <p>66. Participação dos alunos em diferentes estruturas e órgãos da escola.</p> <p>67. Diversidade de formas de participação das famílias na escola.</p> <p>68. Eficácia das medidas adotadas pela escola para envolver os pais e encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos.</p> <p>69. Participação dos pais na equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva.</p> <p>70. Articulação curricular vertical e horizontal a nível da planificação e desenvolvimento curricular.</p> <p>71. Articulação com as atividades de enriquecimento curricular/atividades de animação e de apoio à família.</p> <p>72. Projetos transversais no âmbito da estratégia de educação para a cidadania.</p>
<p>73. É avaliado periodicamente o processo de ensino-aprendizagem e os resultados do ensino.</p> <p>74. Os resultados do processo de avaliação são discutidos com as partes interessadas, sendo elaborados planos de ação adequados (equipas pedagógicas, departamentos curriculares, conselho pedagógico).</p> <p>75. O processo de ensino-aprendizagem é revisto regularmente e são elaborados planos de adaptação à mudança. É dado amplo conhecimento público da informação sobre os resultados da revisão.</p> <p>76. É avaliado o destino dos formandos após a conclusão da formação, incluindo informação sobre o emprego obtido, proporção de formandos empregados após a conclusão da formação; taxa de colocação; taxa de desemprego; taxa de satisfação dos formandos e empregadores com as competências/qualificações adquiridas).</p>
<p>ÁREAS DE MELHORIA:</p> <p>1. Melhorar as respostas educativas personalizadas (apoios educativos, tutorias, sala de estudo, educação especial, pedagogia diferenciada) no que respeita à sua eficácia.</p> <p>2. Diversificar e adequar as estratégias de ensino mais facilitadoras da aprendizagem e do sucesso escolar: o Agrupamento deve facilitar o desenvolvimento da iniciativa e da criatividade dos alunos no seu envolvimento dos processos de melhoria das escolas e dos projetos.</p>

3. Promover mais o envolvimento dos docentes na criação de mecanismos de inovação pedagógica e melhoria de boas práticas.
4. Departamentos devem assumir o desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica com vista à melhoria dos resultados.
5. Coordenador de Departamento deve assegurar a melhoria da prática da articulação curricular e o acompanhamento e supervisão do trabalho dos docentes.
6. Consistência das práticas de autorregulação no desenvolvimento do currículo.
7. Consistência das práticas de regulação por pares.
8. Formas de colaboração sistemática nos diferentes níveis da planificação e desenvolvimento da atividade letiva.
9. Consistência das práticas de regulação pelas lideranças.
10. Envolvimento dos alunos na vida da escola.
11. Atividades desenvolvidas na escola da iniciativa das crianças e dos alunos.
12. Participação de adultos em ofertas de educação e formação.
13. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem inclui mecanismos adequados para envolver as partes interessadas a nível interno, no entanto, é necessário um maior envolvimento das partes interessadas a nível externo.
14. Recolher impressões dos alunos sobre as suas experiências individuais de aprendizagem e o ambiente de aprendizagem e ensino, utilizando estas impressões para inspirar novas ações.
15. É avaliada regularmente a satisfação dos alunos.

CRITÉRIO 6 – RESULTADOS ORIENTADOS PARA O ALUNO E OUTRAS PARTES INTERESSADAS-CHAVE



Subcritérios

1. Medições da percepção
2. Medições do desempenho

PONTOS FORTES:

1. Sentimento de segurança dos alunos na escola.
2. Reconhecimento da exigência dos professores por parte dos alunos e confiança destes em relação aos primeiros.
3. Em geral, há bom relacionamento entre aluno e professor e os conflitos são resolvidos de forma justa.
4. A generalidade dos alunos gosta de estudar nesta escola.
5. **A avaliação é justa.**
6. PEE deslocam-se à escola sempre que solicitados.
7. PEE exprimem o seu grau de satisfação em relação à qualidade de ensino praticada no Agrupamento e à articulação efetuada pelo PT/DT entre a escola e a família.
8. Opinião sobre o que a Escola faz de excelente: abertura da escola ao meio envolvente através da realização de várias atividades, boas condições de trabalho e um bom ambiente para o exercício das funções, preocupação com os alunos...
9. Bom ambiente e clima de trabalho.
10. Alunos evoluem na formação e melhoram o seu comportamento.
11. Grau de satisfação dos docentes em relação a: Imagem global do Agrupamento, Horário de atendimento dos serviços, Informação disponível online e esclarecimento de dúvidas, serviço de bar e cantina, projetos existentes na escola e biblioteca escolar, organização e funcionamento do agrupamento, relação entre os professores.
12. **Professores motivam os alunos para estudar facultando-lhe dicas e sugestões, dizem quais são as dificuldades do aluno e ajudam-no a melhorar (dão feedback de qualidade).**
13. Alunos sentem que a escola reconhece e valoriza o trabalho e o mérito.
14. Alunos sabem a quem se deve dirigir para tratar qualquer assunto ou resolver qualquer problema.
15. **Prática de análise dos resultados da avaliação.**
16. Disponibilidade dos professores titulares/diretores de turma para tratar qualquer assunto, quando solicitados.

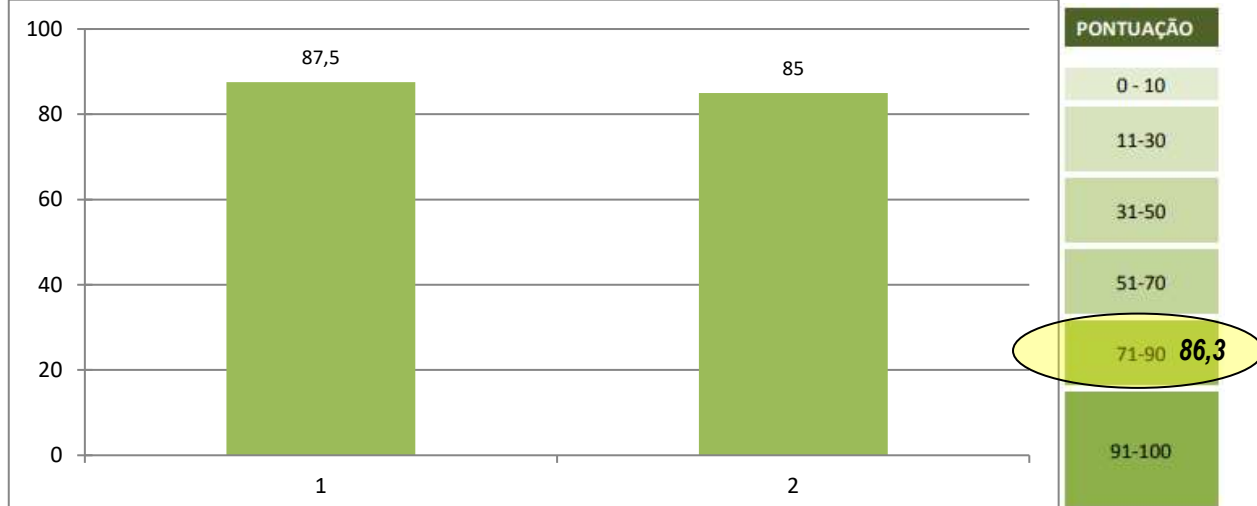
17. Boa percepção dos alunos acerca da escola.
18. Boa percepção dos encarregados de educação acerca da escola.
19. Boa percepção de outras entidades da comunidade tem da escola.

20. Existe uma percepção clara sobre a eficácia dos dispositivos que promovem o acesso ao EFP.
21. Existe uma percepção sobre a eficácia dos mecanismos introduzidos para identificar necessidades de formação no mercado de trabalho.

ÁREAS DE MELHORIA:

1. Algumas participações disciplinares não chegam ao Diretor de turma.
 2. Pouco conhecimento dos alunos e PEE do Projeto Educativo e do Regulamento Interno bem como de demais documentos Estruturantes do Agrupamento.
 3. Melhorar a divulgação das atividades realizadas no Agrupamento.
 4. Promover a apresentação de sugestões ou propostas de melhoria por parte dos alunos e estimular os delegados de turma na dinamização e participação na escola.
 5. Necessidade de os Assistentes Operacionais atenderem de melhor forma as solicitações dos alunos.
-
6. É necessário verificar, sistematizar e divulgar a taxa de satisfação dos formandos com as competências/qualificações adquiridas.
 7. É necessário verificar, sistematizar e divulgar a taxa de satisfação dos empregadores com as competências/qualificações adquiridas.
 8. É necessário verificar, sistematizar e divulgar a percentagem de alunos/formandos que presta informação sobre o emprego obtido após a conclusão da formação.

CRITÉRIO 7 – RESULTADOS DAS PESSOAS



Subcritérios

1. Medições da percepção
2. Medições do desempenho

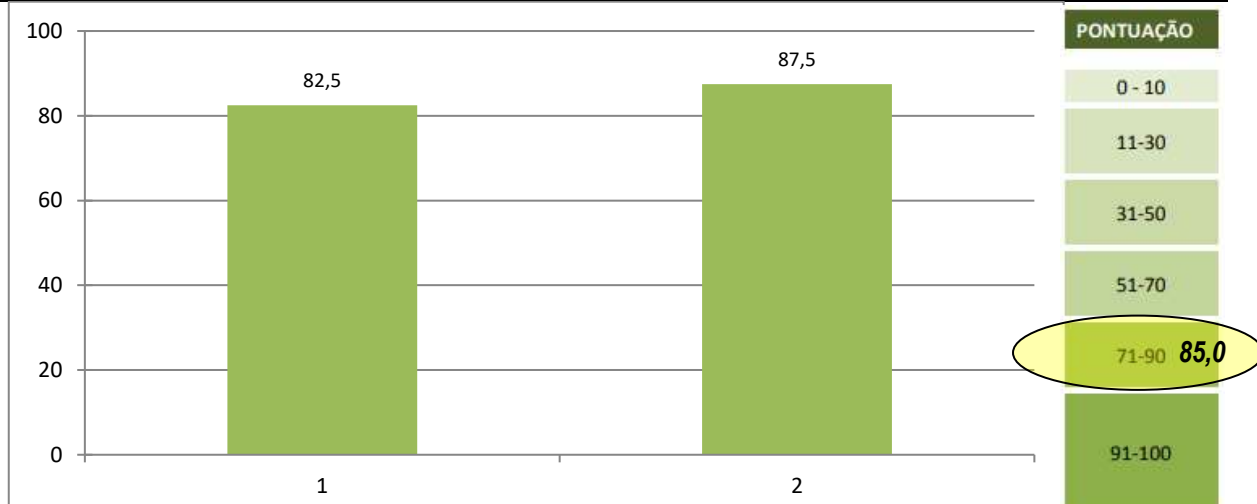
PONTOS FORTES:

1. Satisfação com o ambiente da escola.
2. Direção reconhece e valoriza o trabalho das pessoas.
3. Docentes gostam do trabalho que desenvolvem na Escola e têm confiança nela.
4. Bom relacionamento entre as pessoas.
5. Direção interessa-se e intervém na resolução dos problemas que surgem na sala de aula.
6. Escola corresponde às expectativas dos docentes que gostariam de permanecer nesta Escola.
7. Direção comunica com os docentes, havendo preocupação com as questões humanas, sociais e ambientais; justiça no tratamento; boa gestão dos problemas pessoais; oportunidades para desenvolver novas competências; envolvimento dos docentes no processo de tomada de decisão; motivação para o desempenho da função docente e uma postura de mudança e modernização.
8. Pessoal não docente tem sido avaliado de acordo com os requisitos do SIADAP, em articulação com a CMM, e preenche-se toda a quota de relevância.
9. Utilização das novas tecnologias em sala de aula e como recurso pedagógico é extremamente elevada.
10. Atividades de formação realizadas pelo pessoal docente com elevada participação e envolvimento.
11. Avaliação das atividades do Agrupamento executada numa percentagem elevada pelos seus proponentes e dinamizadores.
12. Não existem situações de conflitos de interesse nem existem reclamações formais apresentadas.

ÁREAS DE MELHORIA:

1. Elevada mobilidade de assistentes, o que não permite a sua identificação com os valores do Agrupamento nem a possibilidade de desenvolver as competências inerentes ao desempenho das suas funções.
2. Direção deve continuar a encorajar os docentes para a inovação e a desenvolver melhores práticas educativas.
3. Necessidade de melhorar processos de monitorização do trabalho desenvolvido pelo pessoal docente em sala de aula.
4. É necessário verificar e divulgar a proporção de professores/formadores que participam em programas de aperfeiçoamento profissional.

CRITÉRIO 8 – RESULTADOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL



Subcritérios

1. Medições da perceção
2. Medições do desempenho

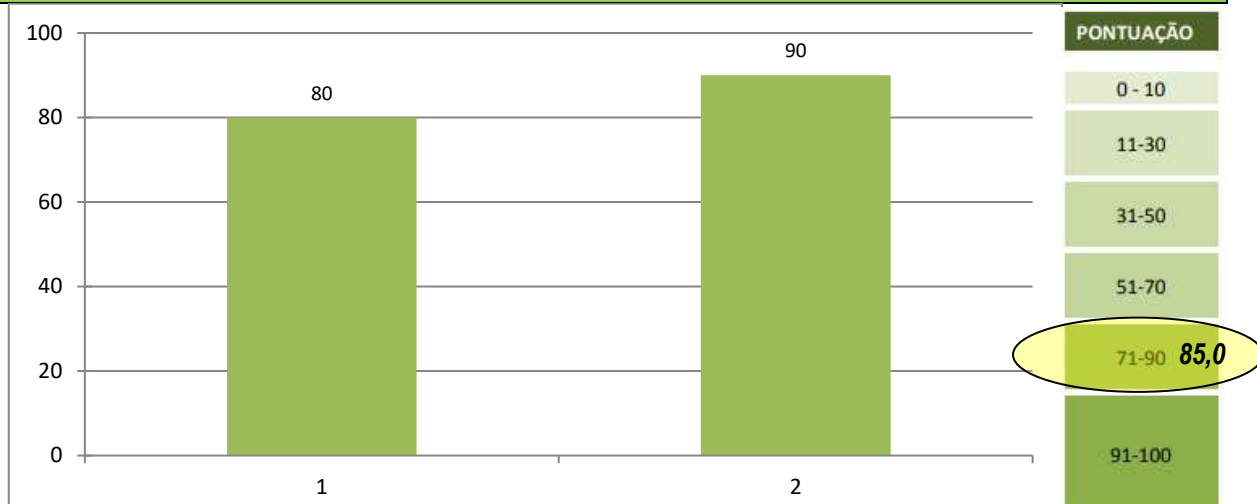
PONTOS FORTES:

1. Satisfação relativamente aos seguintes aspetos: Impacto da Escola na vida dos alunos; Relacionamento da Escola com as instituições do meio; Articulação da Escola com as famílias; Participação da Escola em iniciativas de solidariedade social; Reputação e imagem da Escola junto da comunidade; Intervenção da Escola na cidadania dos alunos; Grau de eficiência no tratamento dos problemas apresentados; resultados das atividades; Trabalho desenvolvido pelos PT/DT; Trabalho efetuado pelos docentes.
2. Agrupamento convida os pais e as pessoas a participar em atividades realizadas pela escola e está aberta à comunidade.
3. Agrupamento participa em ações de solidariedade social.
4. Agrupamento preocupa-se com a segurança e saúde dos alunos e com a preservação do meio ambiente.
5. Alunos dão valor aos projetos e atividades da escola.
6. Alunos consideram que desempenho da Escola tem um impacto positivo na sua vida.
7. Encarregados de Educação consideram que a escola dinamiza atividades culturais e desportivas que promovem a melhoria do concelho.
8. PEE estão satisfeitos com os contactos dos alunos com o meio envolvente e com o mundo.
9. Docentes consideram que o Agrupamento colabora com instituições de educação em programas e projetos.
10. Agrupamento tem boas relações com outros Agrupamentos e com outras instituições.
11. Agrupamento desenvolve atividades com impacto no meio envolvente.
12. Agrupamento proporciona aos seus alunos experiências de contacto com o mundo de trabalho.
13. Horário de funcionamento e de atendimento que responde às necessidades das pessoas.
14. Ótimas relações com a Câmara Municipal e com as juntas de freguesia.
15. Agrupamento é reconhecido pelos seus projetos (desporto escolar, participação e prémios em concursos, atividades).
16. Trabalho do Agrupamento é valorizado pelas famílias e pela comunidade local.
17. Parcerias e protocolos com empresas e instituições da comunidade.
18. Agrupamento publicita as atividades junto da comunidade educativa.
19. Reconhecimento por parte da sociedade local e nacional.

ÁREAS DE MELHORIA:

1. Agrupamento deve continuar a investir na manutenção e captação de alunos.
2. Agrupamento deve dar a conhecer que disponibiliza os seus espaços para associações ou grupos do concelho, quando solicitado.
3. Divulgar melhor os resultados das parcerias e protocolos efetuados.
4. Desconhecimento sobre a participação das empresas na vida da escola e o impacto que esta tem na vida das empresas.
5. Resultados da monitorização/avaliação do envolvimento da escola em iniciativas locais.
6. Resultados da monitorização/avaliação da disponibilização dos espaços e equipamentos da escola para atividades da comunidade.

CRITÉRIO 9 – RESULTADOS DO DESEMPENHO-CHAVE



Subcritérios

1. Medições da percepção
2. Medições do desempenho

PONTOS FORTES:

1. Boa gestão dos espaços e equipamentos da escola.
2. Boa integração dos novos docentes e funcionários no Agrupamento.
3. Práticas educativas adequadas melhoraram o rendimento escolar dos alunos.
4. Programas dos currículos cumpridos.
5. Organização de horários da escola tendo em vista o acesso a apoios.
6. Atividades desenvolvidas bem geridas e adequadas.
7. **Análise dos resultados no final de cada período pelos vários órgãos do Agrupamento, com implicações no trabalho futuro: implementação de planos de MPSE; adequação de estratégias de trabalho pedagógico; aferição de estratégias de atuação comuns; reflexão sobre as razões de sucesso ou insucesso com vista à adoção de estratégias promotoras de melhoria (como mudanças de metodologias pedagógicas, estímulo e motivação dos alunos para um maior empenho no estudo); alteração das práticas de apoio educativo e incremento dos apoios pedagógicos.**
8. Atividades dirigidas a PEE que contribuíram para a aproximação destes à Escola.
9. Objetivos do Plano de Atividades atingidos e atividades concretizadas com qualidade e bons resultados.
10. Utilização de oportunidades (concelhias, regionais e nacionais) e projetos que possibilitam ajudar a alcançar os seus objetivos ou a melhorar as suas práticas.
11. Autoavaliação como mecanismo de melhoria da Escola e prática contínua na escola.
12. Elementos promotores de sucesso nos alunos: persistência dos professores, diversificação pedagógica, prémios escolares, bom ambiente escolar, boas lideranças, recursos humanos e materiais, tutorias, mentorias e outras medidas educativas.
13. Ausência de abandono escolar.
14. Articulação do interlocutor da escola com a CPCJ e plano de ação de prevenção e acompanhamento dos alunos reconhecido e aplicado pelos docentes, ajudando na prevenção e na resolução de problemas nos alunos.
15. Objetivos atingidos nas parcerias com empresas e instituições locais para alunos com necessidades específicas, no que diz respeito à implementação do seu plano individual de transição.
16. Ações e atividades de parceria com as autarquias atingem os objetivos e bons resultados.
17. Cumprimento genérico das metas definidas no Projeto TEIP.
18. **Resultados sociais do Agrupamento: participação em iniciativas nacionais e regionais: LPCC, Cáritas, apoio a alunos carenciados...**
19. Percentagem dos alunos da escola que conclui o 1.º ciclo até quatro anos após a entrada no 1.º ano.
20. Percentagem dos alunos da escola que conclui o 2.º ciclo até dois anos após a entrada no 5.º ano.
21. Percentagem dos alunos da escola com percursos diretos de sucesso no 3.º ciclo.
22. Percentagem dos alunos da escola com percursos diretos de sucesso no ensino científico-humanístico.
23. Percentagem dos alunos da escola que conclui o ensino secundário profissional até três anos após ingressar na oferta, entre os que vieram diretamente do 3.º ciclo.
24. Percentagem dos alunos da escola que conclui o ensino artístico especializado integrado até três anos após ingressar na oferta, entre os que vieram diretamente do 3.º ciclo – 100%.
25. Resultados dos alunos oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos, de origem imigrante e de grupos culturalmente diferenciados.
26. Resultados dos alunos com relatório técnico-pedagógico, programa educativo individual e/ou com plano individual de transição.
27. Resultados da monitorização/avaliação das atividades desenvolvidas na escola da iniciativa das crianças e dos alunos.
28. Resultados da monitorização/avaliação da participação das crianças e alunos nas iniciativas da escola para a formação pessoal e cidadania.
29. Resultados da monitorização/avaliação da participação dos alunos em diferentes estruturas e órgãos da escola.
30. Percentagem de alunos retidos por faltas - 0%.
31. Percentagem das ocorrências em que foram aplicadas medidas disciplinares sancionatórias.
32. Evidências da autoavaliação na melhoria organizacional da escola.

33. Evidências da autoavaliação na melhoria do desenvolvimento curricular.
34. Evidências da autoavaliação na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.
35. Evidências da autoavaliação na definição das necessidades de formação contínua e avaliação do seu impacto.
36. Evidências do contributo da autoavaliação para a melhoria da educação inclusiva (implementação das medidas curriculares, afetação de recursos e funcionamento das estruturas de suporte).
37. Identificada a taxa de participação em programas de EFP: número de formandos em cada modalidade em função do tipo de programa e dos diferentes critérios (sexo, idade, outros critérios sociais, abandono escolar precoce, nível de sucesso escolar mais elevado, migrantes, pessoas com deficiência, duração do desemprego).
38. Identificados e analisados os montantes investidos nos programas de aperfeiçoamento profissional dos professores/formadores.
ÁREAS DE MELHORIA:
1. Comunicação com a comunidade em termos de atividades, funcionamento e resultado.
2. Falta de dados numéricos sobre os objetivos e o teor de cada parceria que a Escola estabelece.
3. Melhorar as taxas de sucesso nas provas de avaliação externa.
4. Desenvolver metodologias para seguimento da empregabilidade dos alunos dos cursos profissionais e do percurso escolar dos restantes, nomeadamente colocação universitária.
5. Determinar a eficácia dos resultados externos com base na análise fundamentada do custo por aluno.
6. Analisar a eficácia dos clubes, tutorias, oferta complementar e das aulas de preparação para exame.
7. Assimetrias internas de resultados.
8. Participação de adultos em ofertas de educação e formação.
9. Necessário recolher, sistematizar e analisar: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Resultados da avaliação das Normas e código de conduta. ✓ Resultados de desenvolvimento e valorização dos alunos de excelência. ✓ Resultados da avaliação das formas de tratamento dos incidentes disciplinares. ✓ Resultados da monitorização/avaliação do trabalho voluntário. ✓ Resultados da monitorização/avaliação das ações de solidariedade. ✓ Resultados da monitorização/avaliação das ações de apoio à inclusão. ✓ Resultados da monitorização/avaliação das ações de participação democrática. ✓ Inserção académica dos alunos. ✓ Inserção profissional dos alunos. ✓ Inserção dos alunos com plano individual de transição na vida pós-escolar. ✓ Resultados da monitorização/avaliação das iniciativas destinadas a valorizar os resultados académicos. ✓ Resultados da monitorização/avaliação das iniciativas destinadas a valorizar os resultados sociais.
10. Necessário identificar, sistematizar e divulgar: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Taxa de conclusão em modalidades de EFP (Número de formandos que concluíram com êxito cada modalidade/ Número de formandos que abandonaram cada modalidade). ✓ Percentagem de participantes no EFP classificados como grupos desfavorecidos (numa determinada região ou zona de emprego) em função da idade e do sexo. ✓ Taxa de colocação após conclusão de modalidades de EFP: destino dos formandos de EFP num determinado momento após a conclusão da formação, em função do tipo de programa e dos diferentes critérios. ✓ Taxa de colocação após conclusão de modalidades de EFP: proporção de formandos empregados após a conclusão da formação). ✓ Taxa de desemprego em função de diferentes critérios. ✓ Taxa de sucesso dos grupos desfavorecidos de acordo com a idade e sexo. ✓ Resultados sobre a eficácia dos mecanismos introduzidos para identificar necessidades de formação no mercado de trabalho. ✓ Resultados sobre a eficácia dos mecanismos introduzidos para promover o acesso ao EFP.

8. BENCHMARKING – COMPARANDO COM AS ANTERIORES EDIÇÕES DE AUTOAVALIAÇÃO INTERNA

Como já dissemos anteriormente o processo de autoavaliação pretende-se contínuo e sustentado. A metodologia CAF, utilizada desde 2009, permite-nos uma certificação, mas também comparar os resultados obtidos ao longo dos anos. A Quadro VIII sistematiza a evolução alcançada nos diferentes critérios.

Quadro VIII – Pontuação obtida nos critérios CAF de 2009 a 2022 no AE Murça

<i>Critério</i>		2009	2013	2017	2021	2022
1	Liderança	63,2	81,8	86,2	89	90
2	Planeamento e Estratégia	63	78,4	85	88	89
3	Gestão das Pessoas	75	84	88,2	93	93
4	Parcerias e Recursos	64,2	80,6	82	86	89
5	Gestão de Processos e Mudanças	75	76,6	83	87	89
6	Satisfação do Cidadão/Cliente (alunos e EE)	75,6	80,4	80,6	83	85
7	Satisfação das Pessoas (PD e PND)	73,8	86,6	87,8	83	86
8	Impacto na Sociedade	68,6	82,4	83	82	85
9	Resultados de Desempenho Chave	69,8	79	78,2	84	85
Global		69,8	81,1	83,8	86	87,9

Fonte: Relatórios de autoavaliação do AE Murça (2009, 2013, 2017, 2021, 2022).

Uma análise pormenorizada possibilita-nos constatar a progressão sustentada que tem ocorrido em quase todos os critérios. Nenhum dos critérios apresenta diminuição dos resultados, ou se mantém o valor da última autoavaliação, ou existe uma melhoria dos indicadores.

9. GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DAS SUGESTÕES APRESENTADAS NO ANO ANTERIOR

No relatório do ano letivo anterior foi referido que: *“A prioridade deste ano letivo foram as questões relativas ao referencial europeu da qualidade do ensino profissional (EQAVET). Assim, a equipa EQAVET, já constituída e em funcionamento no Agrupamento, deve atender às áreas de melhoria aqui identificadas em cada um dos critérios CAF e elaborar um plano que permita colmatá-las.”*

Ao longo de todo o ano letivo a equipa EQAVET fez um trabalho baseado nas áreas de melhoria apresentadas e no relatório da equipa de peritos que avaliaram o processo de Ensino e Formação Profissional (EFP) no Agrupamento.

No dia 5 de maio de 2022 o Agrupamento foi objeto de nova auditoria, na qual os peritos realizaram todo o trabalho efetuado ao longo do último ano, o que permitiu que os aspetos que haviam sido evidenciados como áreas de melhoria, se apresentem, agora, já desenvolvidos de forma sustentada. Este aspeto fez com que fosse atribuído o selo de qualidade por um período de 3 anos. **Assim, é evidente que as áreas de melhoria identificadas no relatório de autoavaliação do ano letivo anterior foram ultrapassadas.**

No relatório do ano letivo anterior, estava ainda enunciado que *“Em relação às restantes áreas de melhoria identificadas, dada a sua multiplicidade e abrangência, não será de ambicionar de imediato a sua abordagem. Tornar-se-ia incomportável e inviável o tratamento simultâneo de todos os aspetos aqui enunciados. O procedimento terá de ser faseado e gradual. O Agrupamento deve continuar a implementar o seu Plano Plurianual de Melhoria e na sua redefinição, caso seja prevista, pela tutela, ter-se-ão em conta as áreas de melhoria aqui apontadas nas prioridades e opções curriculares.”*

De acordo com o referido e lembrando que o PPM está definido em função das propostas de ação existentes no Projeto Educativo, apresentamos, para cada uma das propostas de ação aí enunciadas, algumas das ações desenvolvidas:

A. Promover o sucesso, articular currículos e ciclos de estudo, valorizar o mérito e a excelência.		
Propostas de ação	Medidas organizativas	Ações desenvolvidas
Fomentar o espírito de trabalho	Promover a leitura e a investigação/pesquisa em todas as disciplinas	PLANO 21 23 ESCOLA+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens – Escola a LER. Promoção da diversificação metodológica através da implementação do Projeto MAIA. Participação no Concurso Nacional de Leitura – duas alunas apuradas para a final nacional. Projeto “10 minutos a ler” (BE/CRE).
	Promover os valores da autonomia, perseverança, persistência e esforço como elementos essenciais na construção do conhecimento	Promoção do QMES. Concursos locais, regionais e nacionais.
	Estabelecer regras claras quanto ao trabalho a fazer em cada disciplina, constantes do PTT e do conhecimento dos Enc. de Educação e alunos	Definição e divulgação dos critérios de avaliação de cada disciplina. Uniformização dos procedimentos – documento do PTT do conhecimento dos alunos.
Melhoria dos resultados escolares	Utilizar a avaliação como instrumento pedagógico ao serviço do sucesso escolar dos alunos.	Implementação do Projeto MAIA. Disponibilização da ficha de avaliação trimestral aos alunos e PEE. Análise dos Planos MPSE com os alunos e PEE.
	Dar a conhecer o “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”, aos alunos e encarregados de educação.	Já divulgado em 2019/20. Critérios de avaliação construídos com base no PASEO.
	Refletir e adequar os critérios de avaliação às metas de aprendizagem definidas como referenciais (contexto TEIP3)	A avaliação efetuada evidencia o cumprimento geral das metas TEIP (89.5% de cumprimento em 2020/21).
	Manter uma oferta educativa diversificada	Manutenção do ensino secundário. Abertura dos CCH de Ciências e Tecnologias e de Línguas

		e Humanidades. Permuta de disciplinas da componente de formação específica (funcionamento de Economia A em 2021/22). Abertura de pelo menos um curso profissional em cada ano.
	Quadro de Valor e Mérito Escolar e Social.	Elevado número de alunos com acesso aos diversos quadros do QMES.
	Persistir no Projeto “A Melhor Turma da Escola”, prémio do melhor aluno de cada ciclo, prémio do melhor aluno de Ciências Sociais e Humanas, prémio do melhor aluno do agrupamento, prémio do melhor aluno dos cursos profissionais.	A melhor turma da escola – tem permitido uma melhoria sustentada de diversos indicadores: redução das faltas injustificadas; redução das avaliações negativas; aumento das avaliações de nível 5 ou superiores a 16 valores.
	Manter uma vasta gama de apoios educativos	Apoios educativos/apoio ao estudo em diversas disciplinas: Português, Matemática, Inglês, Físico-química... Salas de preparação de exames em todas as disciplinas objeto de prova final ou exame nacional. Diversos apoios no âmbito das tutorias (apoio tutorial específico, SPO...).
	Maximizar o tempo de cada aula. Os alunos devem estar sempre a trabalhar; indicar os objetivos de cada aula, sistematizar a informação, registar a essência de cada aula; trabalhar incansavelmente os conhecimentos essenciais; estabelecer poucas e claras prioridades.	Mensagem tem passado nos relatórios de avaliação trimestral, nos departamentos/grupos.
Integração das ofertas qualificantes na orientação estratégica da escola	Adesão ao quadro EQAVET	Dinamização da equipa EQAVET. Alteração do Projeto Educativo. Alteração ao Regulamento Interno. Obtenção do selo de qualidade por 3 anos.
Dar maior importância à vertente cognitiva	Promover a leitura regular dos manuais e de recursos escritos na sala de aula. Promover a realização de exercícios de sistematização de informação.	Promoção da diversificação metodológica através da implementação do Projeto MAIA.
	Nas disciplinas sujeitas a provas finais/exames nacionais a área do saber deve ter um peso igual ou superior a 50%	Definição dos critérios de avaliação de cada disciplina.
Preparar os alunos para o ingresso no ensino superior	Realizar sessões de análise/ discussão com ex-alunos da escola que frequentam o ensino superior	Conversas informais.
	Promover e parcerias com entidades externas com o objetivo de trazer outras valências e competências para o interior do espaço escolar	Diversas ações com entidades/pessoas exteriores ao Agrupamento (instituições de ensino superior, GIP...).
Articulação pedagógica	Desenvolver ações que promovam a articulação entre ciclos e departamentos	Espaço da Cidadania. Reuniões de articulação.
Estruturação da prática pedagógica	Promover o trabalho cooperativo/colaborativo	Construção dos critérios de avaliação em departamento/grupo.
	Mostrar e partilhar de experiências educativas pelos docentes e alunos	Espaço da Cidadania. Exposições efetuadas ao longo do ano (Concurso Europeu, Rosa dos ventos criativa, Apanhados pelo Clima, Semana da Cor, Ser Artista...).
	Promoção do trabalho de investigação e pesquisa	Promoção da diversificação metodológica através da implementação do Projeto MAIA.
	Adequar os recursos educativos às características dos alunos	
	Promover ações de formação, em parceria com o CFAE de Vila Real, sobre os programas, sobre as didáticas, sobre a diferenciação pedagógica e curricular e sobre as práticas avaliativas	Jornadas Pedagógicas – a avaliação pedagógica. Ação de formação sobre a utilização do desfibrilhador nas escolas.
BE/CRE-Biblioteca	Utilizar a BE/CRE como recurso educativo, espaço de pesquisa, de trabalho colaborativo e de lazer orientado	“Chá com livros”, requisição de livros para o projeto “10 minutos a ler” e leitura recreativa domiciliária.

Escolar/ Centro de Recursos		Realização de provas do CNL; trabalhos de grupo; Semana da Leitura; Encontro com escritor (André Fernandes).
------------------------------------	--	--

B. Promover um clima favorável ao processo de ensino e aprendizagem e estimular o desenvolvimento de atividades e projetos conducentes ao reforço da cidadania e da inclusão.		
Propostas de ação	Medidas organizativas	Ações desenvolvidas
Promover uma oferta variada de atividades de complemento curricular	Promover uma oferta variada de atividades de complemento curricular no domínio artístico e desportivo: clubes, orquestra energia.	Desporto Escolar (futsal, voleibol, badminton). Clubes (arte, robótica, ciências, matemática). Orquestra Energia. Clube UBUNTU.
	Promover articulações com parceiros externos no domínio cultural e científico.	Articulação com a CMM e a Filandorra (diversas peças ao longo do ano letivo). Plano Nacional de Cinema.
Selecionar com rigor as atividades a inserir no PAA	Promover essencialmente atividades nas seguintes áreas ou domínios: educação para a saúde, educação para os valores e para a cidadania, educação sexual, orientação vocacional e escolar, promoção da leitura e das diversas literacias.	Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola define todas as áreas a trabalhar neste âmbito. Todas as turmas trabalham a educação para a saúde e sexual. Orientação escolar e profissional – 9.º e 12.º anos (abrange ainda outros anos de escolaridade).
	Envolver os alunos nos seguintes projetos: parlamento dos jovens, Comenius, Escola Unesco, PNL, Desporto Escolar, Jornais escolar “O Berrão” e “O Sementinha” Orquestra Energia e Escola de Pais.	Diversas atividades desenvolvidas nas áreas enunciadas.
Desenvolver projetos de carácter eminentemente prático	Promover a Educação para a Saúde e nomeação do Coordenador PES.	Coordenadora do PES – Ana Maria Simões. Todas as turmas trabalham a educação para a saúde e sexual.
	Articular com instituições externas para o desenvolvimento de projetos regionais e nacionais.	Vários parceiros externos: ACES-ULS Murça, Santa Casa da Misericórdia, UTAD, IPB, Universidade Católica, Câmara Municipal de Murça...
Fomentar a permanência dos jovens na escola e promoção da cidadania	Planificar e operacionalizar atividades a desenvolver nas aulas de Educação para a Cidadania e noutros espaços e tempos letivos.	Planificação em cada turma. Espaço da Cidadania.
	Criar uma grelha de registo da evolução disciplinar dos casos críticos.	Acompanhamento em permanência de casos mais complexos.
	Manter o Gabinete de Mediação de Conflitos.	GMC – tem verificado um menor número de casos.
	Embelezar os espaços físicos nas escolas do Agrupamento.	Já iniciado, mas com maior expressão logo que as obras de requalificação terminem.
	Manter a Interligação constante com a CPCJ e a Seg. Social.	Vários contactos efetuados ao longo do ano letivo.
	Divulgar anualmente os direitos e deveres dos alunos, inscritos na Lei n.º 51/2012 e no Regulamento Interno.	Alunos e PEE tomam conhecimento através da Declaração de Aceitação e Compromisso.
	Atualizar e aplicar o “Miniguia” de combate à indisciplina.	Aplicação do “Miniguia”.
Serviços de Educação Especial (SEE)	Manter a Intervenção dos SEE relativa à inclusão dos alunos com NE, adequando instrumentos e estratégias de trabalho.	Funcionamento da EMAEI. CAA. Acompanhamento de todos os alunos com medidas seletivas e adicionais.
Serviços de Psicologia e Orientação	Acompanhar psicopedagogicamente os alunos.	Diversos acompanhamentos.
	Promover a orientação escolar e profissional dos alunos.	Orientação escolar e profissional nos 9.º e 12.º anos.
Promoção da atividade desportiva interna	Realizar torneios e do corta-mato escolar.	Corta-mato. Mega sprint. Participação no torneio de futsal municipal.

C. Promover a participação formativa dos Pais e Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos.		
Propostas de Ação	Medidas Organizativas	Ações desenvolvidas
Promover a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar	Sensibilizar pais e encarregados de educação para uma corresponsabilização no processo de aprendizagem.	Diversas reuniões dos PT/DT. Reuniões da direção com PEE acerca de provas de avaliação externa.
	Informar os pais e encarregados de educação sobre o regulamento interno solicitando a sua colaboração para o cumprimento do mesmo.	Revisão do Regulamento Interno – solicitação de contributos aos PEE e restante comunidade educativa. Contactos telefónicos e/ou pessoais sempre que há encaminhamento para o GMC.
	Dinamizar atividades de divulgação de trabalhos escolares- exposições.	Exposição da EPE no Parque Urbano. Diversas exposições na escola sede (Rosa dos ventos criativas, Concurso Europeu, Apanhados pelo Clima...) Espaço da Cidadania – divulgação semanal no portal do Agrupamento.
	Reunir mensalmente com a Associação de Pais.	Efetuada reuniões mensais com a APEE.
	Manter o “Projeto Agenda Parental”.	Distribuída a Agenda Parental.
	Comemorar o Dia do Encarregado de Educação.	Comemorado o Dia do Encarregado de Educação – presencial e online.
Reforçar a capacitação dos pais e encarregados de educação em termos de competências parentais e noutras valências consideradas importantes.	Organizar sessões temáticas formativas para os pais e encarregados de educação.	Escola Digital para Pais (parceria com a DGE). Celebração do Dia do EE.
	Informar os pais e encarregados de educação no início de cada ciclo, do trabalho esperado dos alunos.	Reuniões dos PT/DT com os PEE.
	Organizar ações de capacitação parental- Escola de Pais ou outro registo possível.	Escola Digital para Pais (parceria com a DGE). Celebração do Dia do EE.
	Promover de encontros de reflexão conjunta temática para a Comunidade Educativa.	Tertúlias pedagógicas, dinamizadas pela Dra. Manuela Gama – SAME – Universidade Católica Portuguesa.

Das áreas de melhoria não prioritárias identificadas no ano anterior, e do vasto conjunto de ações previstas no Projeto Educativo, a comunidade educativa conseguiu efetivar uma grande diversidade de ações, o que permitiu que o Agrupamento continuasse o seu processo de melhoria contínua.

O Agrupamento continua no projeto TEIP3.

Acreditamos que o caminho seguido continua a dar os seus frutos. Os dois últimos anos foram atípicos e houve a necessidade de adaptação constante a uma nova forma de implementar o processo de ensino e de aprendizagem. É importante que haja um rumo claro e que toda a comunidade educativa se sinta imbuída desse espírito, que todos trabalhem com o mesmo propósito, que é a melhoria dos resultados em todas as suas vertentes, não apenas na área académica e científica, na vertente artística e humanista, mas também na formação de indivíduos autónomos, responsáveis e intervenientes na sociedade. Neste sentido, o trabalho conjunto é fundamental para atingirmos o previsto no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

10. ÁREAS DE MELHORIA

A prioridade deste ano letivo foram as **questões relativas à avaliação pedagógica**. A tabela seguinte sistematiza os pontos fortes e as áreas de melhoria identificadas.

PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none">1. Conselho pedagógico faz a monitorização do processo de ensino e aprendizagem, faz o balanço das avaliações em finais de período/ano letivo, tira as respetivas conclusões sobre o que é preciso fazer para melhorar, avalia os incumprimentos e estratégias de remediação, elabora documentação que posteriormente vai ser analisada em departamentos, faz a divulgação de boas práticas, reflexão dos resultados e aplicação de medidas de intervenção.2. Autoavaliação dos alunos é estimulada e promovida no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas.3. Utilização primordial da avaliação com finalidade formativa.4. Diversidade de práticas e instrumentos de avaliação nas diferentes modalidades.5. Aferição de critérios e instrumentos de avaliação.6. Avaliar o processo de ensino-aprendizagem e os resultados do ensino.7. É avaliado periodicamente o processo de ensino-aprendizagem e os resultados do ensino.8. Os resultados do processo de avaliação são discutidos com as partes interessadas, sendo elaborados planos de ação adequados (equipas pedagógicas, departamentos curriculares, conselho pedagógico).9. A avaliação é justa.10. Prática de análise dos resultados da avaliação.11. Professores motivam os alunos para estudar facultando-lhe dicas e sugestões, dizem quais são as dificuldades do aluno e ajudam-no a melhorar (dão feedback de qualidade).12. Análise dos resultados no final de cada período pelos vários órgãos do Agrupamento, com implicações no trabalho futuro: implementação de planos de MPSE; adequação de estratégias de trabalho pedagógico; aferição de estratégias de atuação comuns; reflexão sobre as razões de sucesso ou insucesso com vista à adoção de estratégias promotoras de melhoria (como mudanças de metodologias pedagógicas, estímulo e motivação dos alunos para um maior empenho no estudo); alteração das práticas de apoio educativo e incremento dos apoios pedagógicos.
ÁREAS DE MELHORIA
<ol style="list-style-type: none">1. A Direção e/ou Conselho Pedagógico promovem eventos de monitorização/avaliação no Agrupamento e a divulgação dos resultados dessa monitorização, no entanto, estes podem ser mais diversificados e com maior impacto.2. É avaliada regularmente a satisfação dos alunos.

Em relação às restantes áreas de melhoria identificadas, dada a sua multiplicidade e abrangência, o Agrupamento deverá continuar a não esquecer as questões que podem ser melhoradas e ter sempre o Projeto Educativo como um guia das suas práticas.

Mais uma vez, todo o processo de autoavaliação desenvolvido serviu para aprofundar o conhecimento do nosso Agrupamento, partilhando-se com toda a comunidade educativa e instituições externas, implicando-os, assim, neste desígnio.

No futuro, com a colaboração de todos, prosseguir-se-á este trabalho, objetivando-o no sentido de pragmatizar a política educativa de todo o Agrupamento, tendo como referencial o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e a sua matriz ao nível curricular, o planeamento, a realização e a avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem. Estamos desta forma a contribuir não só para a construção de uma escola de qualidade, mas também, para uma sociedade mais justa e responsável, onde o inesperado e o incerto se constituem como marcas do nosso tempo.

11. CONCLUSÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo, de igual modo, entre outras, as orientações gerais para a autoavaliação.

Por seu lado, o Decreto-Lei n.º 75/2008, relativo à autonomia, administração e gestão das escolas, veio reforçar a importância do relatório de autoavaliação enquanto instrumento de autonomia e de prestação de contas referente à concretização dos objetivos do projeto educativo.

A implementação do modelo CAF (Common Assessment Framework) Educação no Agrupamento de Escolas de Murça pretende constituir-se como um relevante ponto de partida para se dê sequência à sua caminhada rumo à melhoria.

Neste processo de autoavaliação, a média da maior parte dos critérios dos meios aponta para o resultado, dentro do ciclo PDCA (Planear - Executar – Rever - Ajustar), **de ajustamento**, ou seja, em média, corresponde ao quinto patamar de um conjunto de seis. De facto, a maioria das evidências encontradas nos vários critérios dos **“MEIOS”** da CAF apontam igualmente para esta fase dos processos de funcionamento – **AJUSTAR – o que significa que a organização já planifica, executa, avalia e procura ajustar os processos.**

Identificaram-se algumas evidências que completam todo o ciclo PDCA, uma vez que se consolidam como processos que percorrem todo o seu circuito, com mecanismos de *benchmarking* interno e externo e processos automáticos de melhoria e de correção.

No caso dos critérios de **“RESULTADOS”**, identificaram-se alguns que notoriamente manifestam uma tendência de melhoria e de evolução consolidada face ao passado, enquanto que outros estão num patamar inferior, revelando somente uma pequena evolução ou uma linha estável e suave de progresso.

A Equipa de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Murça faz um balanço muito positivo deste processo de autoavaliação.

Contudo, tecem-se as seguintes considerações sobre:

a. O decurso deste processo de autoavaliação:

- ✓ o processo de autoavaliação da instituição, segundo o modelo CAF, foi continuado, após a implementação de um plano de melhorias que decorreu do anterior processo;
- ✓ pensou-se sobre o Agrupamento, refletindo-se sobre o seu funcionamento, e da Escola que se quer;
- ✓ sente-se que os agentes educativos continuaram a aproveitar esta monitorização contribuindo com críticas, sugestões, propostas e fazer uma avaliação do funcionamento do Agrupamento.

b. A metodologia utilizada:

- ✓ toda a comunidade escolar e meio envolvente participou neste processo de autoavaliação;
- ✓ este trabalho é bastante árduo, complexo, longo e difícil, obrigando da parte de todos a um compromisso e a um desprendimento de emoções e de preconceitos;
- ✓ através do processo de questionar toda a comunidade escolar, através do recurso a questionários e grupos focais permitiu-se que todos participassem de maneira ampla, completa e democrática, buscando as evidências, não nas opiniões das pessoas, mas na avaliação que estas fizeram dos processos e dos resultados e, sobretudo, nas factos e exemplos apresentados; deste modo, e uma vez que todos os agentes educativos tiveram a possibilidade de participar neste processo de autoavaliação, o conjunto de dados recolhidos foi mais fundamentado e variado, do que se fosse apenas a equipa restrita de autoavaliação a considerá-lo.

c. O impacto do processo de autoavaliação:

- ✓ venceu uma cultura de autoavaliação na vida e nos processos do Agrupamento (este facto é evidente na forma como os agentes observam e executam as suas tarefas, pois refletem sobre a aplicação das medidas, ponderam sobre os resultados, procuram ideias para melhorar e sugerem a sua implementação);
- ✓ permitiu que fosse feito o balanço dos processos, estimulando a reflexão, a análise, a verificação e supervisão do trabalho, dos agentes, dos recursos e dos resultados;
- ✓ contribuiu para algumas mudanças nos hábitos de trabalho, promovendo uma maior troca de experiências, de partilha de dados e de práticas;
- ✓ registaram-se as boas práticas, os pontos fortes, os constrangimentos, as áreas de melhoria.

O trabalho desenvolvido pela Equipa de Autoavaliação pode ser falível, mas procurou-se que fosse o mais transparente e criterioso possível nos métodos que foram utilizados e na análise operada às respostas recebidas e à observação dos factos.

A missão da desta equipa passa pela promoção do trabalho conjunto com as estruturas de gestão e estruturas intermédias, preparando estudos, realizando trabalhos de diagnóstico, apresentando sugestões, mas sobretudo estimulando a reflexão e a cultura de autoavaliação.

Um relatório de autoavaliação não é só um retrato de uma instituição, é também um documento que deve instigar à reflexão. Por isso, a mais-valia que ele pode ser é servir de fonte de inspiração para o trabalho futuro.

Esta versão será publicada no portal do Agrupamento, como é feito habitualmente, para que toda a Comunidade Educativa possa dele tomar conhecimento, participando nesta grande tarefa que é a construção de uma Escola de qualidade. Será, também, feita uma ampla divulgação nos diversos públicos que interagem no Agrupamento: alunos, docentes, PEE e assistentes.

A equipa de autoavaliação gostaria de realçar a atitude de profunda colaboração demonstrada por todas as pessoas com quem interagiu no decurso deste processo.

BIBLIOGRAFIA

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

DGAEP (2014) - Estrutura Comum de Avaliação (CAF) Adaptada ao setor da educação. CAF Educação 2013

DGAEP (2019) - Modelo Integrado: CAF Educação, Referencial da Avaliação Externa & EQAVET

EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MURÇA (2021) – Relatório de Autoavaliação do Agrupamento. AE Murça. Murça.

MARTINS, Guilherme D'Oliveira, *et alii* (2017) – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Ministério da Educação. Direção Geral de Educação. Lisboa.